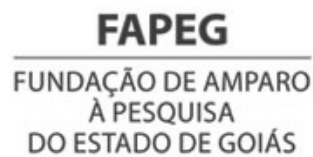


**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UniEVANGÉLICA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA
MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**



MARIA DE FÁTIMA FERNANDES

**FRONTEIRA E RECURSOS NATURAIS:
História Ambiental e Mineração em Pilar de Goiás (Séculos: XVIII – XX)**

Anápolis/GO
2014

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES

FRONTEIRA E RECURSOS NATURAIS:

História Ambiental e Mineração em Pilar de Goiás (Séculos: XVIII – XX)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário - UniEvangélica, para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva

*Auxílio: Bolsa de formação de mestrado acadêmico, Chamada Pública N° 01/2012, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Anápolis/GO
2014

F363

Fernandes, Maria de Fátima.

Fronteira e recursos naturais: história ambiental e mineração em Pilar de Goiás (Séculos: XVIII - XX) / Maria de Fátima Fernandes. – Anápolis: Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2014. 85 p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2014.

1. Fronteira 2. História ambiental 3. Mineração 4. Pilar de Goiás
5. Recursos naturais I. Silva, Sandro Dutra e. II. Título.

CDU 504

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES

FRONTEIRA E RECURSOS NATURAIS:

História Ambiental e Mineração em Pilar de Goiás (Séculos: XVIII – XX)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário - UniEvangélica, para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

Prof. Sandro Dutra e Silva, Dr. - UniEVANGÉLICA
Coordenador do Programa de Mestrado em Sociedade,
Tecnologia e Meio Ambiente

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Sandro Dutra e Silva, Dr. - UniEVANGÉLICA (Orientador)
Programa de Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em
Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente

Prof. Giovana Galvão Tavares, Dra. – UniEVANGÉLICA
Programa de Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em
Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente

Prof. Eliezer Cardoso de Oliveira, Dr. – UEG
Programa de Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado
Universidade Estadual de Goiás

Prof. Carlos Christian Della Giustina, Dr. – UniEVANGÉLICA (Suplente)
Programa de Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em
Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente

FRONTEIRA E RECURSOS NATURAIS: História Ambiental e Mineração em Pilar de Goiás (Séculos: XVIII – XX)

RESUMO

As investigações científicas aqui apresentadas foram orientadas pela linha de pesquisa em Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente. O estudo em questão refere-se à fronteira mineração em Goiás e o recorte se faz na localidade de Pilar de Goiás, arraial que experimentou o apogeu da mineração no século XVIII e atualmente vivencia a retomada da exploração do ouro com auxílio de alta tecnologia. Este trabalho teve como objetivo apresentar, a partir dos pressupostos teórico/metodológicos da História Ambiental, as leituras sobre a fronteira mineração em Goiás, mais especificamente sobre o arraial de Pilar de Goiás, e as principais implicações socioambientais (materiais e imateriais) decorrentes da exploração de ouro na região e a existência de mecanismos de controle e proteção ambiental, bem como de preservação do patrimônio artístico e cultura desta localidade, historicamente, envolvida na atividade mineradora. Para o desenvolvimento dessa temática, adotou-se uma abordagem qualitativa do tipo exploratório e descritivo, com base nos pressupostos teórico/metodológicos da História Ambiental. Quanto às técnicas e procedimentos optou-se pela análise bibliográfica e documental. A pesquisa teve como resultado uma descrição das diferentes temporalidades históricas e a interação entre o homem e os recursos naturais nos diferentes momentos da exploração aurífera em Pilar de Goiás. Esse trabalho, assim, propôs realizar uma releitura de documentação sobre a atividade mineradora na região, interpretada sob o viés da História Ambiental e seus princípios interdisciplinares.

Palavras-chave: Fronteira, História Ambiental, Mineração, Pilar de Goiás, Recursos Naturais.

FRONTIER AND NATURAL RESOURCES: Environmental and Mining History in Pilar de Goiás (Centuries: XVIII - XX)

ABSTRACT

Scientific investigations presented here were guided by the research line in Society , Public Policy and the Environment . This study refers to the mining frontier in Goiás and the cut is made in the town of Pilar de Goiás , camp who experienced the heyday of mining in the eighteenth century and currently experiences the resumption of gold mining with the help of high technology. This work aims to present , from the theoretical / methodological assumptions of Environmental History , the readings on the mining frontier in Goiás , more specifically on the camp of Pilar de Goiás , and the main environmental implications (material and immaterial) from operation gold in the region and the existence of control mechanisms and environmental protection , as well as preserving the artistic heritage and culture of this town , historically , involved in mining activity . For the development of this theme , we adopted a qualitative approach to exploratory and descriptive , based on theoretical / methodological assumptions of Environmental History . Regarding the technical procedures and we opted for the bibliographic and documentary analysis . The research resulted in a description of the different historical temporalities and the interaction between man and the natural resources in different moments of gold exploration in Pilar de Goiás . This work thus proposed to hold a retelling of documentation on mining activity in the region, interpreted under the bias of Environmental History and its interdisciplinary principles.

Keywords: Frontier, Environmental History, Mining, Pilar de Goiás, Natural Resources.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Mapa do primeiro grande caminho que no século XVIII atravessou Goiás de leste a oeste 43
- Figura 2** – Municípios goianos, com destaque para aqueles onde há ocorrência de vestígios estudados da Tradição Itaparica 48
- Figura 3** – Localização da área do Projeto Pilar de Goiás.....76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - A FRONTEIRA NO PENSAMENTO SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS AMBIENTAIS 17

- 1.1 Turner e a Tese da Fronteira 18
- 1.2 A concepção de Fronteira nos estudos latino-americanos 22
- 1.3 O Conceito Fronteira no Brasil 26
 - 1.3.1 A Fronteira na visão de Robert Wegner 27
 - 1.3.2 O conceito fronteira na visão de Lúcia Lippi Oliveira 28
 - 1.3.3 O conceito fronteira na visão de José de Souza Martins 30
 - 1.3.4 Fronteira, estudos ambientais e a mineração 31

CAPITULO II - FRONTEIRA MINERAÇÃO EM PILAR DE GOIÁS: Séculos XVIII e Século XIX 36

- 2.1 David McCreery e a tese da fronteira Goiás 36
- 2.2 Fronteira Goiás: ocupação humana 39
- 2.3 A ocupação humana na fronteira Pilar de Goiás..... 46
- 2.4 Mineração em Pilar de Goiás: Séculos XVIII e Século XIX 49
- 2.5 A fronteira mineração em Pilar na visão dos viajantes 53

CAPÍTULO III - NOVAS FRONTEIRAS DA MINERAÇÃO EM PILAR DE GOIÁS: Século XX..... 62

- 3.1 A mineração no Brasil no Século XX 62
- 3.1 A mineração em Goiás início do Século XX..... 66
- 3.2 A retomada da mineração em Pilar de Goiás.....73

CONSIDERAÇÕES FINAIS78

REFERÊNCIAS 82

INTRODUÇÃO

A natureza se apresenta como algo em constante construção e reconstrução, tem seu curso e movimento próprio, não é estática. Não se limita a visão tradicional de uma realidade pronta e acabada. Desde o surgimento do planeta Terra, há bilhões de anos, sempre houve os vulcões, glaciações, terremotos, surgimento e extinção das espécies. Segundo Pádua (2012), a natureza é dinâmica e a concepção humana de Natureza e passou por várias metamorfoses ao longo da história. A ideia de natureza serve como uma espécie de eixo conceitual que dá sentido ao nosso entendimento do universo e auxilia na definição da relação homem/natureza, ao longo da história humana, que se apresenta em grande parte como oposição: arte *versus* natureza; ordem social *versus* natureza; técnica *versus* natureza; espírito *versus* natureza. Essa relação dual do homem em relação à natureza, de certa forma, representa uma oposição e ruptura radical entre ambos.

A espécie humana, que surgiu há apenas alguns milhões de anos, se tornou capaz de potencializar as catástrofes naturais, modificar as paisagens e colocar em risco os ecossistemas. Na interação homem/natureza acontece à reciprocidade, ora o homem modifica o curso natural dos ecossistemas, ora a natureza influencia na história humana. Segundo Turner (2010), *wilderness* (a natureza selvagem) é o mestre do colonizador, modifica o seu modo de ser e pensar. Pádua (2012) ressalta a importância de se permanecer atento e aberto para cada situação, pois, o biofísico, o social e o cultural sempre estarão presentes e o que importa para a pesquisa é perceber que o universo se constitui de sistemas aberto que se modificam no curso da história.

A natureza, no trabalho em tela, pode ser definida como lugar de *frontier*, *wilderness*, sertão, oeste, espaços vazios, ricos em recursos naturais, lugar geográfico ou social visto como paraíso ou inferno, lugar de promessas de riquezas, espaço desconhecido que proporciona uma vida difícil (TURNER, 2010; OLIVEIRA, 2000; WEGNER, 2000).

Para a discussão em questão, a palavra *frontier* não é entendida como *border*, limite geográfico entre países ou territórios políticos, mas como áreas geográficas que se encontram distantes dos centros políticos e econômicos, territórios “vazios” com grande disponibilidade de recursos naturais, lugar da promessa de riquezas a serem descobertas e conquistadas. Para os autores citados

anteriormente, o conceito fronteira é um tipo de junção de espaço simbólico, ideológico e material e representa a primeira onda de modernização que chega a terra intocada, caracterizada como selvagem, primitiva, livre (não regulada), às margens do poder do estado. Nesse ambiente de fronteira, o homem comum, longe e livres dos constrangimentos da regulação do estado cria a sua própria lei, a sua própria ordem.

A história da ocupação humana na região que atualmente corresponde à região centro-oeste sempre esteve estritamente relacionada à exploração de recursos naturais, desde o início até a atualidade. O comportamento social dos seres humanos em relação ao mundo natural, assim como a própria estruturação socioeconômica da vida coletiva, passa pelas visões de natureza e dos significados da vida humana. A apropriação dos recursos da natureza e a valorização das paisagens, nesse sentido, possuem uma clara historicidade diferenciada para cada sociedade. Um minério pode ser abundante no território de uma sociedade e, ainda assim, ser ignorado, pelo fato de ela não dominar a tecnologia do seu processamento. Por exemplo, o ouro não tinha valor econômico universal, sendo irrelevante, por exemplo, para os grupos indígenas, que habitavam as regiões brasileiras ricas do mineral, antes da chegada dos europeus (PÁDUA, 2012; DRUMMOND, 1991).

A exploração dos recursos naturais no Brasil, no trabalho em tela o minério ouro, se intensificou na última década do século XVII com a corrida pelo ouro em Minas Gerais. A cada mina de ouro que era descoberta, uma multidão partia em direção ao tal lugar prodigioso, esgotado a produção de ouro daquele local, deslocavam-se em busca de novas minas em plena produção, penetrando o interior em direção ao centro-oeste do país. A multidão de aventureiros, movidos pela sede insaciável pelo ouro, se transformava em fronteira em movimento. Segundo Antonil (1963), nos primeiros anos do século XVIII, os habitantes das minas eram mais de trinta mil pessoas, entre eles, portugueses e estrangeiros. Essa fronteira humana se deslocava pelas

idades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, era composta de brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se serviam. A mistura era de toda condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobre e ricos; nobre e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tinham no Brasil convento nem casa (ANTONIL, 1963, p. 72).

Para Dean (1996, p. 123), “a corrida pelo ouro transformou a fronteira num lugar de troca cultural”, que segundo Martins (1997, p. 151) pode ser entendido como lugar de encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, que se traduz também em lugar de “desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História”. McCreery (2006), dentre os estudos realizados sobre a “Fronteira Goiás”, ressalta de forma significativa os enfrentamentos estabelecido entre os grupos indígenas e os colonizadores no sertão goiano pelo domínio do território.

A corrida pelo ouro em Goiás deu origem à existência dos arraiais setecentistas que iniciavam com um grupo reduzido de pessoas e com grande pobreza de recursos. Quando o local oferecia boas possibilidades, o progresso era rápido, para ele convergia uma fronteira em movimento, sedenta de riqueza, e que prontamente desaparecia tão logo surgissem sinais de exaustão ou mesmo quando aumentavam as dificuldades de extração.

Pilar de Goiás não fugiu à regra geral, sua origem se deu com um pequeno grupo de escravos foragidos que ali encontraram abrigo e também o ouro. Uma fronteira de difícil acesso, em meio aos Montes Moleque, Boa Vista e Pindura, às margens do “Mato Grosso de Goiás”, fora das rotas de acesso da capital Vila Boa em direção às minas do norte e do alto Tocantins.

A ocupação humana da região, que hoje corresponde à localidade de Pilar de Goiás, desde os primórdios (finais do Pleistoceno e início do Holoceno) até a atualidade, sempre esteve estritamente relacionada com os recursos naturais. A história de Pilar de Goiás é resultado direto do processo de ocupação humana, da região que atualmente corresponde ao centro-oeste do Brasil, associada à busca frenética pelo ouro no interior do país, que se intensificou no século XVIII. Essa localidade era considerada como territórios “vazios” (apesar da presença de tribos indígenas) com grande disponibilidade de recursos naturais, lugar da promessa de riquezas a serem descobertas e conquistadas, um espaço de exploração predatória de recurso naturais, neste caso o minério ouro, de trabalho escravo e ocupação desordenada do espaço e posteriormente o anonimato. Lugar de encontro de diversas culturas e de diferentes temporalidades históricas.

Nessa conjuntura, a região do Planalto Central, a partir do século XVIII, se apresenta como lugar da promessa de riquezas a serem descobertas e conquistadas. De acordo com Silva (2012), as promessas do Oeste originavam o

enfrentamento entre o desbravador e a natureza, nesse caso, não apenas o sertão bravio ou a natureza indomada, mas também o indígena.

Para entender a trajetória histórica da ocupação humana em Goiás, especificamente a ocupação humana em Pilar de Goiás, primeiramente é necessário compreender a sua posição como fronteira. Sendo o conceito de fronteira entendido como construção ideológica, partindo do princípio que as experiências de fronteiras são necessariamente vivenciadas de maneira diferente dependendo da localidade, da população que ali se encontra e da temporalidade histórica.

O estudo em questão, orientado pela linha de pesquisa em Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente, discute o tema fronteira, a partir dos pressupostos teórico/metodológicos da História Ambiental. Dentre as diversas fronteiras existentes no Brasil definidas por Fernandes, Silva e Tavares (2013), pautados na tipificação de Hennessy (1978), como: fronteira missionária (*missionfrontier*), fronteira indígena (*indiafrontier*), fronteira quilombo (*maroonfrontier*), fronteira mineração (*mining frontier*), fronteira gado (*cattlefrontier*), fronteira agrícola (*agriculturalfrontier*), fronteira borracha (*rubber frontier*), fronteira anglo-hispânica (*Anglo-Hispanicfrontier*) e por último a fronteira política (*politicalfrontier*). O foco do trabalho em tela é a fronteira mineração em Goiás e o recorte se faz na localidade de Pilar de Goiás, arraial que experimentou o apogeu da mineração no século XVIII e atualmente vivencia a retomada da mineração do ouro pela mineradora canadense Yamana, com auxílio de alta tecnologia.

A escolha da temática Fronteira Mineração em Goiás, com o recorte espacial na localidade de Pilar de Goiás e o recorte temporal Séculos VXIII à XX, se dá em virtude da minha estreita relação com essa localidade. A motivação em centrar minha pesquisa na fronteira mineração em Pilar de Goiás decorre, portanto, da minha relação com a natureza, do apreço que alimento por uma harmoniosa interação da vida humana com o ambiente, do anseio em compreender minhas origens e da busca incessante em ser uma profissional por excelência na prática da docência.

Ao depara com os relatos dos viajantes, que passaram pela atual cidade de Pilar de Goiás no século XIX, apesar da distância temporal, tenho a sensação de que estar realizando uma viagem à minha infância, revivendo experiências, tais como, os relatos de que os habitantes de Pilar sobreviviam de pequenas culturas de milho, feijão, arroz, cana, café, algodão e gado bovino criado em poucas fazendas. Foi esta

a realidade que conheci até os meus 10 anos (1985), morava em uma região habitada por descendentes de ex-escravos que trabalharam nas minas de Pilar, e habitavam casas construídas de pau a pique (madeiras de pequeno porte extraídas do cerrado), barro e folhas das palmeiras típicas da região.

Minha vida escolar iniciou aos seis anos quando percorria 4km para chegar à escola, que contava apenas com uma professora e sala de aula multisseriada. A partir dos 11 anos fui para a cidade de Hidrolina/Go a fim de dar continuidade aos meus estudos em um Colégio Estadual. Um lugar que apresentava característica do ambiente da fronteira gado. Um lugar de encontro e desencontros de diferenças temporais, sociais, étnicas, dentre outras. Na sala de aula estava o filho do fazendeiro, do médico, do político, do trabalhador rural, do boiadeiro, da lavadeira, da empregada doméstica. Um ambiente de encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si.

No período entre 1980 a 1993, presenciei os efeitos devastadores do ambiente natural provocados pela onda da mineração clandestina em Pilar de Goiás. O rio que outrora tinha sua água limpa e pura e presenteava a população com suas variadas espécies de peixes, com a garimpagem as suas margens não servia para matar a sede do gado. Conheci pessoas que vieram a óbito, devido às complicações respiratórias ocasionadas pelo trabalho de perfuração da rocha em busca do ouro sem as devidas proteções.

Desse ambiente de fronteira, em 1994, alcei vôos para a fronteira de Santa Catarina, onde convivi com duas culturas distintas: a dos açores no litoral em Itajaí/SC e a dos migrantes italianos em Nova Trento/SC. Em 1997, conheci a realidade da colonização alemã em Crissiumal/RS, região oeste do Rio Grande do Sul. A partir de 1999 fui conviver com a então fronteira missionária das reduções jesuíticas na região de Misiones Argentina, fronteira com o Paraguai. A leitura de Henessy (1978) levou-me a realizar uma viagem imaginária pelas diversas fronteiras da América Latina.

Ao retornar à Goiás, em 2004, ingressei na Universidade Federal de Goiás (Campus situado em Rialma/GO, região da então Colônia Agrícola de Ceres). Na sequência fiz uma especialização em Gestão Ambiental e dei início ao meu Pré-Projeto de Pesquisa sobre a mineração em Pilar de Goiás. A fim de conhecer melhor o ambiente em que pretendia realizar minha pesquisa trabalhei como recenseadora

no Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Percorri a região de Pilar de Goiás limítrofe com Guarinos, Itapaci, Hidrolina e Uruaçu.

As disciplinas cursadas no mestrado, no ano de 2012, contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento do estudo em tela. Metodologia de Pesquisa deu o suporte necessário para definir os caminhos a trilhar. Sociedade e Meio Ambiente ofereceu o embasamento teórico para compreender a relação entre sociedade/natureza nos diversos períodos da ocupação humana em Pilar de Goiás. Educação Ambiental, conduzida de forma brilhante pela Prof. Dr. Giovana Galvão Tavares, dentre as diversas contribuições que fomentaram atitudes cotidianas em prol do meio ambiente, apresentou as discussões de Zoroastra Artiga sobre os recursos naturais em Goiás. Tópicos Especiais - Teoria de Desenvolvimento Sustentável e Certificações, na pessoa do Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva, apresentou as diversas visões sobre o conceito fronteira e os aportes teórico/metodológicos da história ambiental que orienta o estudo em questão. Por fim, Tecnologia e Meio Ambiente e Pesquisa e Análise de Dados apresentaram ferramentas úteis e necessárias para a coleta e processamento dos dados.

A relevância do tema abordado se confirma pela relação histórica dessa localidade com a atividade de extração do ouro e o que se almeja com esta pesquisa é gerar conhecimento sobre a história da fronteira mineração em Pilar de Goiás a fim de compreender a relação entre sociedade e natureza nos diferentes momentos da ocupação humana nessa localidade e responder as seguintes indagações: De que forma o conceito clássico de fronteira pode nos auxiliar na compreensão dos processos de mineração em Pilar de Goiás, sobretudo orientados pelos pressupostos da relação entre humanos e recursos naturais? Qual a relação entre sociedade e natureza nos diferentes momentos da ocupação humana na fronteira mineração em Pilar de Goiás? Quais os principais efeitos perturbadores ao ambiente natural decorrente da exploração de ouro em Pilar de Goiás? Existem mecanismos de controle e proteção ambiental daquela localidade, historicamente envolvida na atividade mineradora?

No ambiente de fronteira, a História Ambiental se apresenta como um campo vasto e diversificado de pesquisa, onde o pesquisador deve estar atento para as transformações ocasionadas pelos diferentes aspectos das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais. Com o suporte da História Ambiental, o presente estudo tem como objetivo compreender o processo histórico da ocupação

humana na fronteira mineração em Pilar de Goiás e a relação entre sociedade e natureza nessa localidade historicamente envolvida com a atividade mineradora.

A opção de uma metodologia pautada na História Ambiental proporciona ao estudo uma dinamicidade, uma vez que, uma característica dos estudos em História Ambiental diz respeito à grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente (Drummond, 1991), a saber: censos populacionais, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras, testamentos e outras. Outra característica da História Ambiental é o trabalho de campo, realizado por meio de observações pessoais sobre paisagens naturais, clima, flora, fauna, ecologia e também sobre as marcas deixadas pela cultura humana nessas paisagens. A historiografia ambiental estuda as implicações entre sociedade, território e natureza, que são fundamentais para a compreensão da história goiana.

Assim, a discussão sobre a fronteira mineração em Pilar de Goiás, de forma interdisciplinar, encontra respaldos teóricos e metodológicos na História Ambiental. De acordo com Drummond (1991) a História Ambiental traz consigo métodos convencionais da historiografia. Todavia, considera que esse campo de investigação científica amplia os horizontes de pesquisa na medida em que dialoga com diferentes áreas e considera seus procedimentos e os incorpora, quando isso se fizer necessário.

A História Ambiental é um novo questionamento sobre os modos de vida humana e sugere também a busca de novos métodos e abordagens na investigação histórica. O pesquisador deve estar atento às transformações do mundo biofísico ao longo do tempo buscando reconstituir os ambiente que se relacionam com os lugares e períodos históricos que estão sendo estudados (PADUA, 2012).

Para o desenvolvimento dessa temática, adota-se uma abordagem qualitativa do tipo exploratório e descritivo, visando proporcionar maior familiaridade com o problema. A opção pela abordagem qualitativa se dá considerando que se pretende, com esta pesquisa, uma descrição da relação dinâmica entre o desenvolvimento econômico/proteção da natureza, orientado pelas políticas de mineração em Pilar de Goiás. Quanto às técnicas e procedimentos opta-se pela: Pesquisa bibliográfica com base na compilação de um conjunto de estudos realizados sobre a região, de diferentes abordagens, para análise a partir dos

pressupostos da História Ambiental. A pesquisa bibliográfica auxiliará na construção do objeto e nos recortes necessários para nossa investigação (temporal e espacial); Pesquisa documental que se efetiva com a compilação de dados a partir de fontes primárias e secundárias produzidas em relação à evolução histórica e às questões minerais e ambientais, documentos legais, normas, atas, projetos de gestão ambiental da empresa pesquisada, relatórios de licença e impactos ambientais dentre outras fontes.

Segundo Pádua (2012), a História Ambiental tem como proposta comparar regiões, produções naturais, economias e culturas o que é fundamental para entender a emergência de uma preocupação com os riscos da ação humana. O ponto essencial não está na mera constatação de exemplos históricos, mas sim na possibilidade de sua replicação onde quer que se adotem padrões semelhantes de uso destrutivo da terra e/ou dos recursos naturais.

A pesquisa em questão procura compreender a sociedade aurífera do Brasil, especificamente a sociedade aurífera de Pilar de Goiás, no contexto da *mining frontier*. Ao estudar sobre o tema fronteira percebemos que se faz necessário compreender a importância da realidade de fronteira no contexto cultural norte-americano e realizar uma comparação com a realidade de fronteira na América Latina e no Brasil. Para tal discussão encontramos respaldo teórico/metodológico em: Drummond (1991), Pádua (2012), Turner (2010), Hennessy (1978), Oliveira (2000), Wegner (2000), Martins (1997), Dean (1996), McCreery (2006), Palacín (1994), Dubugras (1965), Artiaga (1951), Silva (2012), Tavares (2010), entre outros. Esses autores orientam a discussão, em questão, que tem como objetivo compreender o papel da mineração em Pilar em Goiás, a partir dos pressupostos teórico/metodológicos da História Ambiental. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos se fundamentaram em compilação bibliográfica e na análise documental. Textos clássicos sobre a história de Goiás, sobre a teoria da fronteira, e sobre a mineração no Brasil foram utilizados, na tentativa de ampliar a discussão em Pilar.

O primeiro capítulo desta dissertação discute a fronteira no pensamento social e suas contribuições para os estudos ambientais, de forma que o leitor possa compreender do que exatamente está se tratando, visto que o conceito fronteira é abordado por diversas concepções. Essa abordagem será realizada a partir da visão de fronteira no contexto norte-americano, dado a importância que o conceito de

fronteira tem assumido, após a publicação da tese de Turner (2010), tomando um novo sentido e servindo de base teórica para as ideias expansionistas dos historiadores ambientais norte-americanos. No contexto latino-americano, com base na comparação entre os EUA e as diversas partes da América Latina apresentada por Hennessy (1978), aborda o processo de ocupação das diversas fronteiras definidas por vários impulsos e avanços. Para entender a ocupação territorial do Brasil discute sobre as ideias de fronteiras presentes nas obras de Wegner (2000), Oliveira (2000) e Martins (1997).

Os diversos conceitos sobre o ambiente de fronteira, presente no imaginário da sociedade norte-americana e na sociedade brasileira, nos remete a relação do homem com a natureza. Tanto o pensamento norte-americano, expressado por Turner (2010), quanto às obras de Sérgio Buarque de Holanda, apresentadas por Wegner (2000), apresentam a dinâmica da formação do homem na fronteira. *Wilderness* (natureza selvagem) é o mestre do colonizar, transforma sua maneira de ser, de pensar, determina o tipo de sociedade que ali se estabelece.

O segundo capítulo descreve o processo histórico de ocupação do atual Estado de Goiás no período do ciclo do ouro (Século XVIII e XIX), mas precisamente a ocupação de Pilar de Goiás(atualidade), e sua posição como fronteira mineração. Apresenta a visão de McCreery (2006) sobre o período provincial em Goiás (1822-1889), época em que a mineração já havia sofrido significativa exaustão em sua produtividade. A fronteira passa a ser, em grande parte, a *cattlefrontier* (fronteira gado) e o ambiente de fronteira é influenciado pela expansão dessa atividade na região. A ênfase desses capítulos está no processo de ocupação humana em Pilar de Goiás e sua estrita relação com os recursos naturais, desde os primórdios (finais do Pleistoceno e início do Holoceno) até a atualidade.

Por fim, o terceiro capítulo tem como objetivo discorrer sobre a retomada da fronteira mineração em Pilar de Goiás, que após um século de isolamento, experimentou um novo impulso na economia rural familiar com a expansão agrícola para a região das Matas de São Patrício a região na década de 1940. Na segunda metade do século XX é palco de sucessivas invasões de garimpeiros que ocuparam todas as ocorrências de ouro conhecida na região. Inicialmente, para se compreender como se deu a retomada da fronteira mineração em Pilar de Goiás, faz-se uma breve descrição sobre a legislação que regula a atividade de mineração no Brasil e em Goiás nas primeiras décadas do século XX. Com o auxílio de Tavares

(2010), apresenta o esforço de Zoroastro Artiaga em divulgar os recursos naturais de Goiás, que para ele seria o meio mais eficiente de integrar a região ao cenário nacional. A região cumpriria assim, o papel de fornecedora dos mencionados recursos para o abastecimento da indústria de base brasileira.

CAPITULO I

A FRONTEIRA NO PENSAMENTO SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS AMBIENTAIS

A mineração em Goiás se apresenta como um dos principais temas utilizados como interpretação da relação entre história e meio ambiente. Esse tema está relacionado, portanto, à relação entre os recursos naturais existentes na atual região Centro-Oeste do Brasil e a história da ocupação territorial e suas diferentes implicações nas relações entre os indivíduos e o território então ocupado. Nesse sentido é que a temática da fronteira se apresenta como um conceito fundamental para a compreensão histórica desse processo, direcionando a abordagem não apenas para as questões históricas da ocupação, mas, sobretudo para os pressupostos da História Ambiental. Assim, a temática da fronteira se apresenta como elemento condutor do nosso estudo. Para tanto, é essencial compreender a importância da realidade de fronteira, tomando como referência os estudos clássicos desse tema na historiografia norte-americana, bem como os seus reflexos no pensamento social latino-americano e brasileiro.

Abordar o conceito fronteira, no contexto norte-americano, não se é possível sem evocar o historiador Frederick Jackson Turner (1861-1932). Segundo Franco *et al* (2012), o pioneirismo dos historiadores ambientais norte-americanos se deve, em boa medida, à tradição historiográfica inaugurada por Turner com o artigo *The Significance of the Frontier in American History*. O artigo de Turner sobre a fronteira, não se trata de uma História Ambiental, mas da concepção da história dos Estados Unidos da América fundamentada na compreensão da relação do homem com a natureza. No contexto latino-americano, o historiador inglês Alistair Hennessy (1978), a partir da comparação entre os EUA e as diversas partes da América Latina, apresenta o processo de ocupação das diversas fronteiras definidas por vários impulsos e avanços. Para entender a ocupação territorial do Brasil serão apresentadas as ideias de fronteiras presentes nas obras de Robert Wegner (2000), Lucia Lippi Oliveira (2000) e José de Sousa Martins (1997).

Os diversos conceitos sobre o ambiente de fronteira, presente no imaginário da sociedade norte-americana e na sociedade brasileira, faz referência a

relação do homem com a natureza. Nesse sentido, que as diversas visões sobre o ambiente de fronteira se tornam relevantes e servem de aportes para a discussão sobre a relação homem/natureza presentes nos diversos tempos históricos da fronteira mineração em Pilar de Goiás. Vem ao encontro dos estudos da História Ambiental, que segundo Pádua (2012), se apresenta como um campo vasto e diversificado de pesquisa, onde o pesquisador deve estar atento para as transformações ocasionadas pelos diferentes aspectos das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais. Enfim, o pensamento social sobre a fronteira e os aportes teórico/metodológicos da História Ambiental são elementos essenciais para o estudo que pretende compreender a dinâmica da formação do homem no ambiente de fronteira e sua intrínseca relação com a natureza.

1.1 Turner e a Tese da Fronteira

Poucas interpretações históricas tiveram tanto êxito quanto a obra de Turner, *The Significance of the Frontier in American History*, publicado em 1893, época em que os Estados Unidos vivenciavam uma crise econômica, de forma mais acentuada nos setores agrícolas do Sul e do Oeste.

Para Turner (2010), seu artigo "*The Significance of the Frontier in American History*", não tinha nenhuma pretensão de tratar o tema fronteira exaustivamente, o seu objetivo era simplesmente chamar a atenção para a fronteira como um campo fértil para investigação e sugerir alguns dos problemas relacionados com o ambiente de fronteira. Quando escreveu o artigo citado, Turner estava inserido no contexto dos finais do século XIX, época em que os economistas mais importantes da Europa preocupavam-se com o problema da terra e de seu valor.

A narrativa de Turner é entrelaçada por fatos reconhecidos pela história e sua percepção, influenciada pelo tempo e espaço, não retrata somente os acontecimentos do Oeste, mas contempla toda a história norte-americana. Aborda o tema da fronteira no universo da cultura norte-americana estabelecendo conexão entre passado, presente e futuro. Para falar do passado ele evoca acontecimentos reconhecidos pela história, ao mesmo tempo, não considera este passado como

história acabada e sim como uma releitura e reinterpretação a partir dos questionamentos do tempo presente vivenciado pelo próprio historiador (OLIVEIRA, 2000).

A influência exercida pela extraordinária tese de Turner sobre o tema fronteira se dá pelo fato de que ele é um nacionalista manifesto, destacando como faz o nacionalismo, as características únicas do passado de uma nação. O conceito fronteira, proferido por Turner, tornou-se um critério pelo qual a história dos Estados Unidos pode ser interpretada e parâmetro pelo qual as histórias das nações menos favorecidas podem ser explicadas. Trata-se de uma afirmação do Meio-Oeste contra a dominação da Europa e um repúdio aos critérios europeus pelo qual a história americana e suas instituições já haviam sido julgadas (HENNESSY, 1978).

Segundo Hennessy (1978), a palavra fronteira, utilizada por Turner, é dotada de significado mítico, carregada de sentidos, de imagens e simbolismo, reunindo uma série de características que expressa tudo o que era admirável no caráter nacional norte-americano. Nesse contexto, a fronteira não assume as conotações restritivas da Europa, vistas como limite exterior da soberania do Estado além do qual não se pode ultrapassar sem as formalidades estatais, não é utilizada para descrever os limites geográficos entre Estados Unidos e Canadá ou México. Para Turner (2010), a Fronteira norte-americana estava “as margens da terra livre” e era uma fronteira de colonização. A existência de *free land* (terra livre, apesar da presença de povos indígenas) e o avanço da colonização para o oeste dos Estados Unidos, de forma linear, explica o desenvolvimento norte americano, a peculiaridade de suas instituições e o mais importante modelou o caráter norte-americano.

Para Turner (2010), o desenvolvimento social norte-americano tem seu início na fronteira, lugar onde acontece um perene renascimento da vida norte-americana. A expansão para o oeste com suas novas oportunidades, o seu contato contínuo com a simplicidade da sociedade primitiva, atribuiu à fronteira um papel dinâmico, democrático e nivelador das tensões sociais. Lugar que propiciou o encontro entre a selvageria e a civilização, terras selvagens que se transformaram em terras livres, onde os pioneiros eram independentes, longe das influências europeias, libertos dos entraves das tradições e das desigualdades que haviam deixado para trás. Quando o norte-americano confrontou com a natureza selvagem,

com a floresta, planície e montanha, os conhecimentos e habilidades herdadas da Europa não tiveram relevância, uma experiência de fronteira que distinguiu a história norte-americana da Europeia. Para Turner,

a fronteira é a linha mais rápida e eficaz de americanização. A *wilderness* (a natureza) é a mestre do colonizador. Ela acolhe o europeu com seu modo de vestir, seu modo de trabalhar, suas ferramentas, seus meios de transporte e seu modo de pensar. Ela o retira do vagão do trem e coloca-o na canoa de madeira. Despoja-o de suas vestes da civilização e veste-lhe a camisa e as botinas de caçador. Ela coloca-o na cabana dos Cherokee e dos Iroquois e o protege com uma paliçada indígena (TURNER, 2010, p. 2, tradução nossa)¹.

A fronteira foi a princípio uma realidade impactante para o homem colonizador, ele teve que adaptar-se às condições que ela lhe oferecia e pouco a pouco foi se assemelhando ao ambiente selvagem que o acolhia. Esse processo de transformação não se assemelhou a velha Europa, teve como resultado o povo norte-americano. Movendo-se para o oeste, a fronteira tornou-se mais e mais norte-americana, deixando para trás seus vestígios. A fronteira não só formava parte do imaginário, mas era objeto das medidas políticas da União, foi acompanhada durante um longo período pelos censos que captavam sua dimensão de processo histórico, era uma categoria de análise pelas classes oficiais.

Mesmo após se transformar em uma área colonizada a região compartilhava as características da fronteira. O avanço da fronteira significou um movimento constante que se distanciava cada vez mais das influências da Europa, uma busca constante de independência. Estudar este avanço, a vida dos homens que cresceram sob estas condições, os resultados políticos, econômicos e sociais desse movimento é estudar a história dos Estados Unidos (TURNER, 2010).

A originalidade de Turner (2010) está em ter sistematizado e dado sentido histórico/ideológico ao que já fazia parte do imaginário da população, do cotidiano e inclusive era expresso pela literatura. Para Turner (2010), a fronteira e a expansão para o Oeste constituiu, assim, o destino dos Estados Unidos.

Segundo Hennesy (1978), a fronteira para Turner (2010) cumpriu uma função crítica e renovava constantemente a democracia, cada onda de colonização

¹ Now, the frontier is the line of most rapid and effective Americanization. The wilderness masters the colonist. It finds him a European in dress, industries, tools, modes of travel, and thought. It takes him from the railroad car and puts him in the birch canoe. It strips off the garments of civilization, and arrays him in the hunting shirt and the moccasin. It puts him in the log cabin of the Cherokee and the Iroquois, and runs an Indian palisade around him (TURNER, 2010, p. 02).

estimulava uma nova fronteira. A fronteira era como um espaço “*perennial rebirth*”, uma fonte mágica da juventude, que constantemente banhava e rejuvenescia a América, um “eterno renascimento”.

A democracia norte-americana é o resultado das experiências vivenciadas pelo colonizador na fronteira Oeste. A sobrevivência na *wilderness* exigiu novos valores. A bagagem cultural do Velho Mundo teve que ser descartada e foram desenvolvidas e aplicadas novas habilidades. O ambiente de fronteira influenciou o desenvolvimento de características que expressavam a grandeza e a singularidade da nação-individualista, um espírito democrático, trabalho duro, criatividade, otimismo, desconfiança na intervenção do governo e crença na autoajuda.

Hennesy (1978), ao criticar a interpretação de Turner (2010) sobre a fronteira, considera o fato de que poucos norte-americanos foram sujeitos a influência da fronteira e que ao concentrar-se no tema fronteira ele desviou a atenção de temáticas importantes que envolvia as questões raciais e urbanas. Também questiona que os valores adotados para a fronteira eram mais importantes do que o ambiente de fronteira.

Apesar das críticas levantadas sobre o ponto de vista de Turner (2010), sua interpretação confirmava a ligação entre a democracia americana e a fronteira. A popularidade de Turner está relacionada com o fato de que os historiadores americanos foram obrigados a responder as questões ontológicas, que para muitos não é o trabalho de um historiador. Turner acreditava que o historiador deveria fornecer respostas para as perguntas que estavam sendo feitas por seus contemporâneos. Sua tese pode ser considerada como uma formulação metafórica a fim de dar respostas à crise da década de 1890. Para Oliveira (2000), a tese de Turner, pode ser assim apresentada:

América, ao criar um novo tipo de república democrática, estaria livre das doenças do Velho Continente; A quantidade e a qualidade de terras livres preservariam o caráter democrático da estrutura agrária e as instituições republicanas; A história do país seria assim a progressiva realização da vontade de Deus e das virtudes originais: o individualismo, a democracia, o autogoverno; A história como uma semente que se desenvolve e se desdobra, explicando como a virtude pode se perpetuar. A tese da fronteira vem em auxílio desta explicação; Em se movendo sempre para Oeste, os americanos poderiam escapar da decadência e renovar sua virtude; Eles poderiam se desenvolver no espaço mais do que no tempo. (OLIVEIRA, 2000, p. 131).

Mensurar a influência de Turner é perceber que suas dúvidas sobre as perspectivas para o futuro da democracia norte-americana, uma vez que esse processo de renovação tinha se tornado impossível com o fechamento da fronteira, foram compartilhadas por muitas figuras públicas e foram invocadas para justificar a regulação governamental da vida americana como substituto para a fronteira (HENNESSY, 1978).

A tese de Turner sobre a fronteira veio ao encontro de um público, tanto acadêmico e em geral, sedento por uma interpretação e explicação dos problemas contemporâneos que vivia a sociedade norte-americana. Não há dúvida de que, o conceito de fronteira abordado por Turner, teve uma conotação muito positiva na cultura norte-americana, apontando para o futuro, sugerindo um ambiente de progresso e de oportunidades.

A repercussão da obra de Turner não se limitou a sua época, nem se restringiu aos Estados Unidos. O conceito de fronteira, após a publicação da obra de Turner, tomou um novo sentido e serviu de base teórica para as ideias expansionistas. O conceito *moving frontier* é utilizado por muitos historiadores, sociólogos e antropólogos para explicar realidades muito diferentes e também para representar a expansão e colonização europeia para outras regiões do mundo.

1.2 A concepção de Fronteira nos estudos latino-americanos

Para Hennessy (1978), os questionamentos dos historiadores latino-americanos serão diferentes dos questionamentos dos historiadores dos Estados Unidos, resultado do tipo de colonização, da multiplicidade de fronteiras políticas, dos limites territoriais que faz com que a América Latina se aproxime mais da Europa do que dos Estados Unidos.

Enquanto nos Estados Unidos existiu uma *frontier line* (uma fronteira linear) que avançava para o *West*, na América Latina existe a luta entre várias frentes de fronteiras, tais como, entre a Argentina e o Chile e entre Peru e Equador, o que limitava a expansão territorial. O Brasil, por exemplo, não pode expandir-se para o Pacífico, apenas para as fronteiras da região oeste, porém sua expansão era bloqueada pelos seus vizinhos (HENNESSY, 1978, p 11).

Mesmo considerando as diferenças entre as fronteiras norte-americanas e as latino-americanas, os historiadores percebiam alguma relevância na visão de Turner. Um dos primeiros a fazê-lo foi o peruano Victor Andrés Belaúnde, em 1923, argumentava que a ausência de uma fronteira no sentido de Turner foi uma das causas da rigidez do sistema social na América Latina, reconheceu que a ideia de fronteira poderia fornecer informações úteis para o desenvolvimento da América Latina. Posteriormente seu sobrinho, Fernando Belaúnde Terry, foi o primeiro presidente peruano a incorporar as ideias de uma expansão da fronteira no programa de desenvolvimento de uma política partindo da Ação Popular (HENNESSY, 1978, p 12).

As fronteiras latino-americanas apresentam outra diferença significativa da fronteira norte-americana em relação ao papel que a fronteira exercia na formação ou transformações de instituições sociais, principalmente no que diz respeito ao surgimento da democracia nos Estados Unidos.

Para Turner (2010), na fronteira ocorreu a americanização das instituições e o resultado foi o surgimento de uma democracia tipicamente norte-americana. Portanto, existia uma relação intrínseca entre a democracia norte-americana e a fronteira norte-americana que determinou o caráter e a formação da sociedade norte-americana desenvolvendo uma consciência de nacionalidade. Segundo Hennessy (1978),

Sob a influência do ambiente de fronteira, foram desenvolvidas as características que expressam a grandeza e a singularidade da nação – individualismo, um espírito democrático, o valor do trabalho, inventividade, otimismo, uma desconfiança da intervenção do governo e uma crença na auto-ajuda (HENNESSY, 1978 p.7, tradução nossa)².

Para Hennessy (1978), na fronteira latino-americana não aconteceu o mesmo processo cultural que se deu nas fronteiras norte-americanas. Mas, isso não significa que as comunidades de fronteira na América Latina não apresentem traços democráticos. Porém, a escassez de material, arquivos desorganizados, estatísticas incompletas e documentos destruídos são obstáculos que dificulta identificar esse processo de democratização. Isso obriga os historiadores a lidar com uma cultura de

² Under the influence of the frontier environment, characteristics were developed on which rested the greatness and uniqueness of the nation – individualism, a democratic spirit, hard work, inventiveness, optimism, a distrust of government intervention and a belief in self-help.(HENNESSY, 1978, p. 7).

expressão oral, sem poder contar com registros históricos da vida na fronteira, como no caso da América do Norte e da Europa. Enquanto os bandeirantes norte-americanos foram muitas vezes alfabetizados e levados a descrever os acontecimentos na fronteira, na América Latina os registros existentes são de viajantes estrangeiros, a elite culta ignorou a realidade vivenciada na fronteira (HENNESSY, 1978).

Para Hennessy (1978), nem todo ambiente de fronteira, sobretudo nas experiências latino-americanas, é reprodutor da cultura liberal-democrática, conforme a sua crítica à tese de Turner:

As fronteiras latino-americanas mostram uma diversidade maior do que os da América do Norte. Para citar apenas o mais impressionante, havia fronteiras missionárias no norte da Nova Espanha, Paraguai, no Amazonas e do Orinoco; fronteiras de mineração de prata na Nova Espanha, Honduras, Alto Peru e Chile; fronteiras de ouro na Colômbia e no Brasil, a base de fronteiras de metal ao longo Cordilheira dos Andes, no norte do México e no Brasil; fronteiras do gado na Nova Espanha, Venezuela, os pampas, nordeste, sul e oeste do Brasil; os agricultores e as fronteiras do café; a fronteira borracha amazônica, a fronteira de seitas religiosas e, na periferia da liquidação, fronteiras da Índia (Hennessy, 1978, p 16, tradução nossa)³.

Nesse contexto, a América Latina, com suas várias fronteiras, deu origem a diferentes tipos de sociedades, sejam elas missionárias, de pecuária, do café, da borracha, da mineração, dentre outras. Cada uma a sua maneira estava vinculada a um recurso natural específico, portanto diferentes entre si. A diferença entre as várias fronteiras se deve, ainda, ao contraste de seus respectivos sistemas de trabalho. Enquanto, as minas de prata do México foram, em grande parte, dependente do trabalho livre no Alto Peru contava com o sistema de trabalho forçado da *mita*⁴. No caso do ouro, as fronteiras podem variar desde o estilo individual na América do Norte ou da família garimpeira na Colômbia para o sistema escravista das escavações de ouro no Brasil. Contrastes semelhantes aconteceram nas fronteiras do café que, na Guatemala contou com trabalhadores indígenas, na

³ Latin American frontiers show a greater diversity than those of North America. To mention only the most striking, there were mission frontiers in northern New Spain, Paraguay, on the Amazon and the Orinoco, silver mining frontiers in New Spain, Honduras, Upper Peru and Chile, gold frontiers in Colombia and Brazil, base metal frontiers throughout the Andes, northern Mexico and Brazil, cattle frontiers in New Spain, Venezuela, the pampas, northeast, southern and now western Brazil, farmers and coffee frontiers, the Amazonian rubber frontier, the frontier of religious sects and, on the periphery of settlement, Indian frontiers (Hennessy, 1978, p. 16).

⁴ Mita era uma forma de trabalho compulsório herdada dos incas pelos espanhóis, na época colonial. Consistia basicamente na super exploração da mão de obra indígena na extração de minérios, em especial a prata e o mercúrio, ou na agricultura sazonal.

Colômbia ficou a cargo das propriedades rurais familiares, em Cuba com o trabalho escravo e no Brasil dependia do trabalho escravo, após a abolição, contava com a mão de obra barata dos imigrantes europeus. Portanto, foi o sistema de trabalho que definiu o maior contraste entre a fronteira norte-americana da fronteira latino-americana (HENNESSY, 1978).

Para Hennessy (1978), a história da expansão da fronteira nas Américas é a história da expansão do capitalismo europeu em áreas não europeias, introduzindo conceitos imobiliários europeus e a ideia de lucro e troca monetária até então inexistentes. A região atingida pela expansão da fronteira, não podia retroceder, nem rejeitar a modernidade. Aos povos indígenas não lhes restavam outra escolha a não ser adaptar-se a nova realidade imposta pelos colonizadores ou se retirarem para as montanhas e correr o risco de se extinguir. A ironia da expressão “terra livre” é que, os povos indígenas que nela habitavam foram ignorados. A liberdade, característica do ambiente de fronteira, não significava apenas a liberdade dos sistemas europeus, significava também a liberdade para ignorar e aniquilar as pessoas incapazes de competir. Neste aspecto, a distância entre a experiência latino-americana de fronteira e a política fundiária norte-americana não era tão grande como pode parecer à primeira vista (HENNESSY, 1978).

O contexto histórico da fronteira na América Latina não propiciou uma expansão dinâmica, deixando uma herança de desequilíbrios estruturais e de crescimento desiguais. As metrópoles detinham o poder colonial e sua relação com o interior rural se assemelhava ao que acontecia entre os países industrializados e não industrializados que, sobre o impacto da modernização o fosso entre os dois ambientes era crescente. Uma vez instalado o desequilíbrio inicial entre a metrópole e a periferia - ou a fronteira – se torna extremamente difícil instaurar qualquer equilíbrio. Os fluxos de capital vão para onde os lucros são garantidos, o investimento estrangeiro são atraídos para onde já existe uma infraestrutura de estradas, caminhos de ferro, instituições de crédito (HENNESSY, 1978).

Para Hennessy (1978), o avanço da fronteira na América Latina seguiu o crescimento econômico repentino por meio de curtos períodos de extração e exploração de recursos naturais. Quando os recursos naturais e a produção de um determinado produto se exauriam, o lugar era abandonado e muitas vezes

esquecido pelos governos centrais, criando o fenômeno chamado de *hollow frontiers* (fronteiras ocas).

Apesar das semelhanças entre as diversas fronteiras que deram origem a expansão da civilização europeia no continente americano, em cada região e/ou na mesma região em diferentes períodos históricos, existia uma peculiaridade no ambiente de fronteira. Na América do Norte existiu uma linha de fronteira contínua de leste a oeste. Na América Latina, nas áreas colonizadas pelos espanhóis, a fronteira apresentava aspectos de povoamento e em algumas regiões assumiam características de exploração de recursos naturais. No Brasil a colonização portuguesa não objetivava a efetiva ocupação do território, mas estava relacionada com a exploração dos recursos naturais.

1.3 O Conceito Fronteira no Brasil

O tema da ocupação territorial do Brasil tem sido analisado e reinterpretado por vários autores, citados, como referência ao nosso estudo como Lúcia Lippi Oliveira (1998), Robert Wegner (2000) e José de Souza Martins (1997). Esses autores, dentre outros, são citados e trabalhados nesta pesquisa por terem incorporado esse conceito como elemento interpretativo da realidade brasileira.

Wegner (2000) e Oliveira (1998), apesar de seus diferentes formatos e propósitos, abordam o conceito fronteira fazendo uma comparação com o caso norte-americano. Oliveira estuda o tema da fronteira no universo cultural norte-americano e realiza uma comparação com o caso brasileiro. Robert Wegner, por sua vez, faz a mesma relação, porém tomando como objeto de análise da obra de Sérgio Buarque de Holanda.

Para Martins (1997), apesar das tentativas de alguns antropólogos importarem as ideias de Turner a fim de compreender a fronteira no Brasil, o conceito de Turner sobre a fronteira não se aplica ao caso brasileiro. O autor afirma que a história da fronteira no Brasil é a história das lutas étnicas e sociais. A fronteira, ao invés de ser o espaço da democracia, é o lugar do conflito, da destruição, resistência, revolta, protesto, mas também do sonho e da esperança. Pode parecer contraditório, mas a busca pelo eldorado no Oeste existia, tal qual na

fronteira americana. No entanto o que diferenciava era a vivência e os conflitos que demarcavam esse ambiente no Brasil.

1.3.1 A Fronteira na visão de Robert Wegner

De acordo com Wegner (2000), Sérgio Buarque de Holanda, em seu artigo “Considerações sobre o Americanismo”, menciona que é difícil falar de fronteira sem se referir ao trabalho do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner. Após sua viagem à América do Norte, o pesquisador começa a perceber a semelhança entre a experiência de fronteira vivenciada no Brasil e nos Estados Unidos. Nesse sentido Holanda alerta para a necessidade de se perceber as características compartilhadas, em vez de ressaltar as diferenças:

Porque em nosso continente, não obstante todas a diversidades étnicas e culturais, existem de norte a sul feições sociais com raízes idênticas, geradas da aplicação de velhas instituições e velhas ideias a uma terra nova e livre. Nesse sentido pode-se mesmo dizer que, como o Oeste do historiador Frederick Jackson Turner, a América é antes uma forma de sociedade do que uma área geográfica” (HOLANDA, 1978, p. 27 *apud* WEGNER, 2000, p. 90).

Para Wegner (2000), Holanda ao se referir a Turner, indica a possibilidade de interpretar a história da expansão do território brasileiro a partir de uma explicação situacional, dessa forma enfatiza a americanização no sentido continental. Para o autor, tal posicionamento está refletido nas obras Holanda sobre os bandeirantes e à conquista do Oeste. Porém, adverte que não se pode cair no exagero de afirmar que foi graças à valorização da tese de Turner que Sérgio Buarque descobriu as possibilidades explicativas da conquista do Oeste para a história do Brasil.

Bem antes do contato com tese de Turner sobre a fronteira, Holanda já nutria grande admiração por Capistrano de Abreu e seus estudos sobre os bandeirantes. Também, havia publicado em março de 1930, um breve artigo intitulado “Caminhos e Fronteiras” (WEGNER, 2000).

Para Wegner (2000), o posicionamento adotado por Holanda, após o contato com a tese de Turner, merece destaque e indica uma mudança que permitiu ao autor uma nova maneira de pensar a relação entre a tradição ibérica e a

modernização. A partir da década de 1940, o interesse de Sérgio Buarque pelos temas da fronteira e da conquista do Oeste brasileiro aparece em seus artigos que resultaria no livro publicado em 1957, "Caminhos e Fronteiras". Mesmo que, o processo de ocupação do Oeste norte-americano tenha se efetivado de forma intensa, concentrando-se basicamente entre os anos de 1820 e 1880, e no Brasil ter se concretizado no espaço de tempo bem mais prolongado, compreendendo desde o século XVI até o XIX e sendo recorrente na "marchas para Oeste" no século XX, Sérgio Buarque de Holanda não se detém a essas diferenças, para ele o que é sugestivo é a dinâmica de formação do homem na fronteira (WEGNER, 2000).

A dinâmica da fronteira, apresentada na tese de Turner, ilumina as obras de Sérgio Buarque. Esse é o ponto chave para entender os textos nos quais Sérgio Buarque dedica às entradas e bandeiras. Podem ser lidos tendo em vista a Tese de Turner e sua aplicação ao caso brasileiro. Estão presentes na obra de Sérgio Buarque: a dinâmica de formação dos valores no ambiente de fronteira, o abandono dos padrões europeus, a adaptação do homem europeu ao nativo, ou seja, a ideia da adaptação do adventício ao nativo, seguida da retomada de técnicas e valores europeus já ajustados ao novo mundo (WEGNER, 2000).

1.3.2 A fronteira na visão de Lúcia Lippi Oliveira

Lúcia Lippi ao analisar o processo de construção da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos discute sobre a ideia de fronteira, a conquista do Oeste e a diferença entre os conceitos de fronteira e de "sertão". Sua hipótese de investigação era a de que, nesses dois países, a geografia teria fornecido o mais forte embasamento para a construção dos modelos de identidade nacional que tiveram mais êxito (OLIVEIRA, 2000, p. 11).

Para Oliveira (2000), lidar com a fronteira é lidar com um tema-mito da história norte-americana, pois, na realidade de fronteira estão inerentes as questões relativas à democracia *versus* aristocracia, e à natureza ou barbárie *versus* civilização, a ideia de chegada à terra prometida e a crença de ser um povo escolhido. Para a autora,

Fronteira é um tipo de junção de espaço simbólico, ideológico e material. Representa a primeira onda de modernidade a quebrar na terra intocada, e é caracterizada como selvagem, primitiva, não regulada. Como se encontra à margem do poder do Estado, ela cria sua própria lei e (dês)ordem. Ideologicamente, a fronteira passa a representar o local onde se encontra, onde se desenvolve o mais típico, o mais primitivo da identidade nacional, já que seus habitantes não tiveram ainda contatos com outros povos. Nesse sentido, a fronteira e o Oeste possuem um poder mitológico fundamental (OLIVEIRA, 2000, p. 117).

Frontier, West, Wilderness significaram, para os norte-americanos, a possibilidade de democracia e a realização do “homem comum”, longe e livre dos constrangimentos do espaço europeu. Não se tinha a ideia de preservar a natureza, esta deveria ser vencida, até por questão de sobrevivência, e representava o caos a ser cristianizado e civilizado. Fronteira é o espaço onde o homem ocidental deparou com uma realidade desconhecida, com o outro (índio) que não sabia classificar. Por desconhecer a história dos povos indígenas e considerar uma nação inferior ao europeu poderiam então escravizá-los, convertê-los. Considerada uma espécie diferente e inferior ao homem europeu, era justificável a política de guerra e de extermínio (OLIVEIRA, 2000).

No caso brasileiro, existiam poucas referências ao conceito de fronteira, com privilégio do uso do termo “sertão”. Nesse sentido Oliveira (1998) ressalta que o sertão era abordado como um lugar geográfico ou social, podendo ser visto, ainda, tanto como o paraíso ou o inferno, o lugar de promessas de riquezas ou o espaço desconhecido que proporciona uma vida difícil. As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais. Ressalta que não há um sertão, mas muitos sertões presentes no imaginário do brasileiro, tais como:

O sertão, para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para o bandeirante, era interior perigoso, mas fonte de riqueza. Para os governantes lusos das capitanias, era exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial significava liberdade e esperança de uma vida melhor. Como diz Janaína Amado (1995a), “desde o início da História do Brasil, portanto, sertão configurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava” (OLIVEIRA, 1998).

O pensamento brasileiro refletiu continuamente sobre as distinções entre o litoral e o interior, entre a cidade e sertão, demarcando as diferenças de vida social e de tipos humanos. Para a autora, a categoria de fronteira resulta da mudança de perspectiva em relação ao sertão, estando relacionada aos processos econômicos

de incorporação e ocupação de vazios demográficos. A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significava a oportunidade de chegada da civilização (a cultura do litoral) ao sertão (o interior inculto), conciliando a qualidade positiva do litoral e a civilidade com a crença de que no sertão estava preservado um Brasil autêntico (OLIVEIRA, 1998).

O bandeirante esteve presente nessa interpretação do Brasil sertanejo como um dos mitos do sertão, responsável pela ocupação do território da colônia portuguesa entre os séculos XVII e XVIII. O movimento das bandeiras constituiu a principal experiência de fronteira na história brasileira. A expansão territorial conquistada através do movimento das bandeiras foi lida, relida e reinterpretada em diferentes momentos da história paulista e nacional. A recuperação da imagem do bandeirante na história brasileira desempenhou uma função mítica capaz de organizar o mundo simbólico. Lembra a imagem do *cowboy* da identidade nacional norte-americana. O sucesso e os limites simbólicos das narrativas sobre as bandeiras e os bandeirantes no Brasil ainda precisam de análises mais aprofundadas, não se pode ignorar sua importância no tempo e no espaço (OLIVEIRA, 1998).

1.3.3 A fronteira na visão de José de Souza Martins

Para Martins (1997), o diferencial do seu trabalho é que ele vivenciou a o ambiente de fronteira ao escrever sobre ele. Não apenas trabalhou com fontes documentais, mas também presenciou no Brasil os movimentos contemporâneos da expansão territorial em áreas de fronteira. Ao se colocar no ambiente de fronteira afirma que a história contemporânea da ocupação territorial no Brasil é a história das lutas étnicas e sociais e que a última grande fronteira na América Latina é a Amazônia, em particular a Amazônia brasileira.

Segundo o autor, a história do deslocamento da fronteira é uma história de destruição, resistência, revolta, protesto, mas também de esperança, pois esse fenômeno é essencialmente o lugar do encontro das diferenças. No ambiente de fronteira existem descobrimentos acerca dessa diferença, na medida em que ocorrem (des)encontros de concepções divergentes da realidade e de tempos

históricos (MARTINS, 1997). Para Martins, o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é justamente a situação de conflito social, sendo assim,

a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quanto o tempo se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 1997, p. 151).

No caso dos conflitos étnicos, nem sempre o caráter trágico da fronteira se configura na morte, mas sim no rapto. O autor relata que até o começo do século XIX existiu expedições que se destinavam a “capturar e escravizar indígenas e a matar aqueles cuja escravização era inviável ou não lucrativa” (MARTINS, 1997, p. 44). Assim, a fronteira não pode ser reduzida apenas a fronteira geográfica. O ambiente de fronteira, segundo o autor, é definido por diferentes fronteiras: “fronteira da civilização (demandada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E sobretudo, *fronteira do humano*” (MARTINS, 1997, p. 13).

1.3.4 Fronteira, estudos ambientais e a mineração

As diversas discussões sobre o tema fronteira, apresentadas anteriormente, auxiliam a compreender a história da expansão da fronteira no território brasileiro, que consistiu em uma série de fronteiras impulsionadas por diferentes formas de ocupação, uso da terra, exploração dos recursos naturais e apropriação do espaço. Vários foram os ciclos de exploração de um recurso natural ou cultivo de um determinado produto, tais como: o pau-brasil, cana de açúcar, o ouro, o café; intercalados por outros ciclos de produções pontuais como: algodão, borracha e cacau. A exploração de um produto se intensificava, em uma situação de quase monopólio, até que se esgotava sua produção, como aconteceu com o ouro no século XVIII, ou ocorria o enfraquecimento da comercialização pelos produtores rivais, como no caso do açúcar no final do século XVII e da borracha no início do século XX.

A pesquisa em questão procura compreender a sociedade aurífera do Brasil, especificamente a sociedade aurífera de Pilar de Goiás, no contexto da *mining frontier*. Nesse sentido é que os trabalhos de Turner (2010), Hennessy (1978), Wegner (2000), Oliveira (1998; 2000) e Martins (1997) orientam a discussão, que tem como objetivo compreender o papel da mineração em Pilar em Goiás, a partir dos pressupostos teórico/metodológicos da História Ambiental.

A tese de Turner auxilia na compreensão da fronteira da mineração no Brasil, que se intensificou na última década do século XVII com a corrida pelo ouro em Minas Gerais. A cada mina de ouro que era descoberta, uma multidão partia em direção ao tal lugar prodigioso, esgotado a produção de ouro daquele local, deslocavam-se em busca de novas minas em plena produção, penetrando o interior em direção ao centro-oeste do país. A multidão de aventureiros, movidos pela sede insaciável pelo ouro, se transformava em fronteira em movimento. Segundo Antonil (1963), nos primeiros anos do século XVIII, os habitantes das minas eram mais de trinta mil pessoas, entre eles, portugueses e estrangeiros. Essa fronteira humana se deslocava pelas

idades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, era composta de brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se serviam. A mistura era de toda condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobre e ricos; nobre e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tinham no Brasil convento nem casa (ANTONIL, 1963, p. 72).

Mas a grande diferença entre o Brasil e os Estados Unidos é que nos EUA a fronteira avançou de forma linear, em contrapartida, as fronteiras brasileiras, muitas vezes, não se consolidavam. Após o esgotamento dos recursos naturais ou o enfraquecimento de certa cultura, os migrantes abandonavam aquele local e se deslocavam para o próximo lugar prodigioso, criando assim um fenômeno de *hollow frontiers* (fronteiras ocas) (HENNESSY, 1978, p 12).

Hennessy (1978), afirma que a descoberta aurífera em Minas Gerais resultou na primeira grande expansão de fronteira na idade moderna. Ao mesmo tempo foi um alívio em face ao período de queda na produção açucareira, que havia iniciado uma recuperação lenta decorrente da Guerra com a Holanda (1634 e 1654). No entanto, a partir de 1654 os holandeses implantaram suas habilidades e tecnologias na produção açucareira no Caribe, estabelecendo uma dificuldade

competitiva. Nesse sentido, as notícias do ouro em Minas Gerais motivaram uma grande leva de pioneiros para a região interiorana brasileira. Hennessy (1978) aponta não apenas o deslocamento de imigrantes da região litorânea brasileira como também estrangeiras. Em suas palavras:

[...] as notícias do ouro proporcionaram um enorme sentimento de alívio, chamando para o interior os plantadores e os seus escravos, mercadores e mendigos, causando uma debandada de Portugal que assumiu tamanhas proporções que a Coroa se viu obrigada a impor um limite para a emigração em 1720, no sentido de prevenir o despovoamento. Estimativas apontam que cerca de 300.000 pessoas tenham emigrado para o Brasil durante o século XVIII, o que representa um número possivelmente maior que o total da “América Espanhola” durante todo o período colonial. Este movimento de exploração aurífera acabou levando a uma revolução dos preços, pelo fato de a mão de obra se ter tornado escassa nas áreas costeiras. O problema se tornou tão sério que a Coroa tentou proibir a exploração dos distritos de mineração Jacobins e Rio das Coutras, no interior na Bahia, devido ao receio de privação de mão de obra para as plantações de tabaco e açúcar, dado que até as importações anuais de escravos para a Bahia (cerca de 10-12,000) eram insuficientes para atender às necessidades da mineração e das plantações (HENNESSY, 1978 *apud* FERNANDES, SILVA e TAVARES, 2013).

Oliveira (2000) e Wegner (2000) estudam o tema da fronteira no universo cultural norte-americano e realizam uma comparação com o caso brasileiro (Wegner, a partir da obra de Sergio Buarque de Holanda). Suas discussões orientam a compreensão do espaço geográfico, a conquista do oeste, do sertão, do interior do país que era considerado um lugar selvagem, perigoso, vazio de gente (apesar da existência de tribos indígenas), uma fronteira definida como espaço de atraso alheio a civilização. A existência de grandes extensões de “espaços vazios” que no imaginário brasileiro era visto como um sinal negativo, como um “peso” que as regiões do litoral precisavam carregar e resolver. Espaços vazios ricos em recursos naturais a serem explorados.

Os autores, em suas reflexões, contribuem com a discussão sobre o avanço da fronteira para o oeste, o sertão, a ocupação do território goiano, especificamente a realidade de fronteira de Pilar de Goiás. Flertam, em maior ou menor grau, sobre as bandeiras, consideradas como uma das primeiras organizações que se deslocaram em direção ao interior do país proporcionando assim a expansão e interiorização da fronteira no Brasil. Os bandeirantes aventuravam-se no interior do Brasil a procura de minerais preciosos e para capturar índios. As bandeiras eram companhias compostas de cem ou mais homens brancos

e mamelucos e até mil auxiliares indígenas, liderados por especialistas em tráfico de escravos. As entradas duravam meses e eram minuciosamente planejadas, levando estoque de alimento e munições (DEAN, 1996, p. 98).

A tese de Martins (1997) sobre o ambiente de fronteira, apesar de apresentar certa divergência dos autores citados anteriormente e afirmar que a Tese de Turner sobre a fronteira não se aplica ao caso brasileiro, identifica a fronteira como espaço de encontros e desencontros de diferentes temporalidades históricas, sociais, étnicas, dentre outras. Assim, seus estudos nos auxiliam a entender o ambiente da fronteira mineração, muitas vezes dúbio e temido, lugar de destruição, de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança. Palco da luta travada contra a natureza indomada, árvores são ceifadas para abrir caminhos, construir as habitações e para o plantio, a fim de garantir o alimento básico para a população que a cada dia só aumentava. A epopeia do ouro, a cega obstinação em busca deste minério tão cobiçado, as diferentes culturas e visões de mundo presentes nas minas de ouro, caracterizam a fronteira mineração em Pilar como lugar da desumanização e do enfrentamento social, lugar dos limites históricos do humano, da desumanização no seu limite extremo. Segundo Dubugras (1965), os traços da desumanização do outro marcava a relação entre mineradores, escravos e indígenas, desencadeando reações dos foragidos que atacavam lavras e fazendas. Nesse contexto, “[...] a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. [...] é na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico” (MARTINS, 1997, p. 13).

As discussões apresentadas por Martins (1997) permitem identificar o contexto histórico da expansão territorial Goiás a partir do século XVIII sob a percepção dos elementos de conflito no cenário hostil do Cerrado e seu caráter desumanizador. As características desse processo de rusticidade, conflito, violência, miséria e desumanização são observadas como uma das características do isolamento vivenciado na fronteira. Percepções do ambiente de fronteira compartilhada por David McCreery (2006) em seu estudo sobre a fronteira goiana no período provincial (1822-189), indicando o isolamento da província em relação ao governo central, bem como as precárias condições de vida e as relações de

violência e dominação impostas aos moradores dessas localidades (FERNANDES, SILVA e TAVARES, 2013).

Nesse sentido é que os trabalhos de Hennessy (1978), Oliveira (2000), Wegner (2000), Martins (1997) orientam a discussão sobre o conceito fronteira e auxilia a entender a fronteira mineração em Goiás, mais especificamente no arraial de Pilar de Goiás, tendo como referência os pressupostos da História Ambiental.

As diversas concepções sobre fronteira apresentadas evidenciam a relação entre sociedade, território e natureza, elementos essenciais para uma discussão fundamentada nos pressupostos teórico/metodológicos da História Ambiental. Para o presente estudo, o processo de ocupação humana da fronteira está estritamente relacionado com a exploração dos recursos naturais, nesse caso o ouro. Sendo o ouro, um minério que sempre movimentou a economia mundial, a história da mineração em Pilar Goiás pode ser analisada por meio da história econômica, no entanto, deixar de lado os estudos da historiografia ambiental seria desprezar as implicações entre sociedade, território e natureza, que são fundamentais para a compreensão da história goiana, especificamente da história de Pilar de Goiás.

CAPITULO II

FRONTEIRA MINERAÇÃO EM PILAR DE GOIÁS: Séculos XVIII e XIX

As observações acerca da ocupação da fronteira Oeste do Brasil apresentam um estágio anterior à fronteira mineração, com efeitos perturbadores ao ambiente natural e nas paisagens do Cerrado, fato que também foi observado por Bertram (2011) em sua eco-história do Planalto central. A ênfase desse capítulo está no processo de ocupação humana em Pilar de Goiás e sua estreita relação com os recursos naturais, desde os primórdios (finais do Pleistoceno e início do Holoceno) até a atualidade. Discorre sobre o processo histórico de ocupação de Goiás no período do ciclo do ouro (Século XVIII e XIX), mas precisamente, com o objetivo de compreender o processo de ocupação de Pilar de Goiás e sua posição como fronteira mineração. Apresenta a visão de McCreery (2006) sobre o período provincial em Goiás (1822-1889), época em que a mineração já havia sofrido significativa exaustão em sua produtividade e a fronteira passou a ser, em grande parte, a *cattlefrontier* (fronteira gado).

2.1 David McCreery e a tese da fronteira Goiás

Para McCreery (2006) a fronteira é uma construção ideológica e as experiências vivenciadas no ambiente de fronteira são distintas, dependendo da localidade e das pessoas que ali se encontram. A fronteira tende a refletir e reproduzir, às vezes de maneira peculiar e arcaico, as características do tipo de sociedade do grupo dominante. Segundo o autor, o conceito fronteira no Brasil se difere da realidade norte-americana, uma vez que, não apresenta o otimismo e a tendência democrática tradicionalmente associada ao conceito de fronteira abordado por Turner (2010). A fronteira, no contexto norte-americano, tinha uma conotação de oportunidade enquanto que o sertão brasileiro era considerado como lugar desconhecido, perigoso, incerto, sem Deus, distante da civilização, populações isoladas fora do alcance do governo ou das autoridades.

O trabalho de McCreery centrou-se no período provincial em Goiás (1822-1889), época em que a mineração já havia sofrido significativa decadência produtiva. O ambiente de fronteira em Goiás, nesse período, apresentava características da *cattle frontier* (fronteira gado) e os enfrentamentos eram resultados da expansão dessa atividade. Segundo McCreery (2006), para entender a trajetória histórica de Goiás no século XIX é necessário primeiro compreender a sua posição como fronteira em relação às demais regiões do País.

Segundo McCreery (2006), a fronteira goiana é denominada como sertão, uma categoria histórica situada entre a ficção e a realidade, sem a regulação do Estado, lugar propício para a violência e o enfrentamento. O ciclo do ouro Goiás pode ser interpretado como um exemplo clássico de uma fronteira formada como resultado das demandas da maior economia do mundo, neste caso, o capitalismo mercantil e suas práticas metalistas. O Brasil do Século XVIII era profundamente hierárquico atenuando as desigualdades sociais e econômicas, características refletidas no ambiente de fronteira. Nesse período, o foco da expansão da fronteira em Goiás foi a mineração, fator que desencadeou o surgimento de pequenos vilarejos em torno das novas minas descobertas, com pouca infraestrutura e isolados. Além disso, esse território era habitado por diferentes etnias indígenas, que tornavam esses arraiais e os pequenos agricultores que circundavam os vilarejos em alvos de constante ataque (McCREERY, 2006).

Quando a mineração de superfície, em Goiás, apresentou sinais de exaustão a população encontrou-se prisioneira da fronteira, devido aos títulos locais, obrigadas a permanecer distante da costa e sem os confortos da civilização, forçada a dedicar-se a agricultura e a criação de gado. A maioria dos Arraiais do ouro, a partir dos finais do Século XVIII e praticamente todo o Século XIX, permaneceu vazio já que grande parte da população migrou para a área rural e dependia da agricultura de subsistência e da venda do gado. Assim, a Província de Goiás no Século XIX, permaneceu predominantemente rural e o gado era seu principal produto de comércio interprovincial. A *mining frontier* sai de cena e o ambiente de fronteira assume as características da *cattle frontier*, porém, continua sendo um ambiente de fronteira predominante hierárquico e que atenua a desigualdade social e econômica, características herdadas da *mining frontier* (McCREERY, 2006).

Enquanto a Província de Goiás, início do século XIX, se consolidava como a *cattle frontier*, o centro-sul do Brasil atraía quantidades substanciais de capital nacional e estrangeiro para a plantação de café, melhorias de transporte e comunicação e um grande número de trabalhadores. A *coffee frontier* dominava a economia e uma fronteira em movimento composta de imigrantes, escravos e livres, que abandonavam outras agriculturas de exportação e outras populações para ela se convergiam, ocasionando o fenômeno *hollow frontier* (McCREERY, 2006).

Segundo McCreery (2006), a partir do final do período colonial e no decorrer do século XIX, a população de Goiás lutou contra a herança de pobreza, isolamento e violência. Goiás encontrava-se às margens do estado e da economia nacional, os líderes locais lamentavam a decadência da província, porém, alimentavam a esperança de uma nova prosperidade. Esperança que se via ofuscada pela apatia da população local e pela negligência do resto do país, "a partir da posição que Goiás ocupava, parece que todas as outras províncias viraram as costas para ela."⁵ (MCCREERY, 2006, p. 1).

Para o autor, a Província de Goiás, no século XIX, foi a "fronteira da fronteira", devido ao seu isolamento, às dificuldades de acesso e a decadência gerada pela escassez dos recursos naturais decorrentes da exploração das minas de ouro e o seu esgotamento no final do século XVIII. Ataques indígenas, uma estrutura de poder precário, uma administração pública baseada no personalismo, poucas possibilidades de desenvolvimento econômico, transformava a região num espaço isolado e distante do poder central, uma província localizada nos limites do mundo moderno. O resultado era a emergência de processos de desumanização das relações. De acordo com Saint-Hilaire a história da Província de Goiás, nessa época, pode ser assim resumida:

Minas de ouro descobertas por alguns homens audazes e empreendedores; um enxame de aventureiros precipitando-se sobre riquezas anunciadas com o exaggero da esperança e cupidez; uma sociedade formando-se em meio de todos os crimes, que se habitua a um pouco de moderação sob os rigores do despotismo militar, e cujos costumes não tardam a se abrandarem por um clima tórrido e uma mórbida ociosidade; uma triste decadência e ruínas; tal é, em duas palavras, a historia da província de Goyaz (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 279).

⁵ "From the position Goiás occupies, it seems that all the other provinces turn their back on her." (McCreery, 2006, p. 1)

2.2 Fronteira Goiás: Ocupação Humana

A região, correspondente ao Estado de Goiás, era uma região de fronteira bem antes da presença dos bandeirantes. A primeira ocupação humana foi a dos grupos caçadores/coletores que praticavam a caça, a pesca, a coleta e a agricultura de coivara. A partir do século XVIII ocorre a segunda ocupação pelos bandeirantes que teve início com a busca frenética pelo ouro. Passado o auge do período aurífero, a partir do final do século XIX, os pecuaristas e agricultores ocuparam a região, atraídos pela existência de solos naturalmente férteis. Desde o início de sua ocupação o Cerrado foi perdendo espaço e sua destruição se intensificou à medida que o ser humano fez uso de novas tecnologias, utilizadas tanto na agricultura quanto na extração dos minérios.

A chegada dos primeiros navios à costa do Brasil no início do século XVI provocou a migração de várias tribos em direção a região central, correspondente ao Estado de Goiás, um local de fronteira em sua realidade física, “um ecossistema relativamente inalterado que demonstrava alto potencial para exploração pelo grupo invasor” (DEAN, 1996, p. 58). Esse movimento em direção à fronteira do Planalto Central, muitas vezes, era resultado das guerras entre as tribos inimigas, outras vezes, representava a busca de novas terras para o cultivo ou o simples costume de migrar, traço cultural indígena. Esses deslocamentos tornavam-se mais frequentes à medida que a colonização avançava e capturava indígenas para o trabalho na produção de açúcar. Essa prática provocou ou pelo menos agravou as guerras entre grupos indígenas que viviam próximo à costa brasileira, as tribos vencidas distanciavam-se da costa em direção ao interior, sendo parte da “população indígena de Goiás, no século XVIII, resultante desses movimentos migratórios” (PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001, p. 11).

A partir da metade do século XVI o governo organizou diversas expedições com o objetivo de explorar o interior do Brasil, a fim de descobrir riquezas minerais. Segundo Palacín e Moraes (1994), da Capitania de São Paulo partiram as bandeiras, com a finalidade de capturar índios, chegavam com frequência até a fronteira norte de Goiás, seguindo em canoas o curso dos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia, e voltando a São Paulo pelo rio Tietê. Outro tipo

de expedição eram as descidas dos jesuítas do Pará. Os jesuítas em busca de índios para as aldeias na Amazônia organizavam diversas expedições fluviais que subiam o rio Tocantins e chegavam a Goiás. No entanto, “nem bandeirantes, nem jesuítas vinham para fixar-se em Goiás. Levavam índios goianos para o sul e para o norte” (PALACÍN; MORAES, 1994, p. 7).

A descoberta aurífera em Minas Gerais motivou novas entradas de prospecção e quando a produção de ouro em Minas entrou em sua fase de apogeu foram descobertos novos focos do minério em Cuiabá. Portanto, se Goiás estava situado entre Minas, São Paulo e Mato Grosso, logo existia ouro no território goiano que já era visitado pelos bandeirantes paulistas, desde os fins do século XVI (PALACÍN 1994, p. 14-18). O historiador paulista Manoel Rodrigues Ferreira, em sua obra “O Mistério do Ouro dos Martírios”, relacionou dez bandeiras vindas a Goiás desde o final do século XVI até o final do século XVII, com as datas e nomes dos chefes (FERREIRA, 1960, p. 313-353).

De acordo com Palacín (1994), a chegada dos primeiros colonizadores de Goiás ocorreu dentro da conjuntura do encontro e exploração de ouro no interior do Brasil. Neste contexto, a bandeira do Anhanguera parte de São Paulo dia 03 de julho de 1722 e chega ao território goiano pelo leste,

os grandes obstáculos haveria de ser as enormes distâncias, os desertos de vida em longos trechos do sertão, na viagem por terra; as corredeiras e cachoeiras, na vencida das águas; os índios hostis, em ambos os casos. Dificuldades graves, mas não insuperáveis, por que havia uma força motivadora (PALACÍN, 1994, p. 16).

Uma viagem que parecia fácil, já que o Anhanguera fazia uso de mapas de outras entradas, transformou-se trágica levando muitos a regressar. O Anhanguera não recuou porque preferia a morte que o fracasso, sua cega obstinação foi fator determinante que o levou ao triunfo, ao descobrimento das minas procuradas. Após descobrirem ouro nas cabeceiras do rio vermelho (na região da atual cidade de Goiás) os sobreviventes retornaram triunfantes a São Paulo, em 21 de outubro de 1725, propagando que tinham descoberto cinco córregos auríferos, umas minas tão ricas como as de Cuiabá, com ótimo clima e fácil comunicação (PALACÍN, 1994, p. 19-22).

Ao divulgar a riqueza das minas recém-descobertas iniciou-se um deslocamento populacional originado de diferentes partes do país em direção às

minas de Goiás. Uma multidão destemida, heterogênea, que vencida a distância, perigos e sofrimentos, aventurava-se em busca do ouro. Os bandeirantes que chegaram a Goiás em busca do ouro encontraram uma fronteira que apresentava características de um ambiente que já havia passado por modificações ecológicas. O cenário natural da região do Cerrado do Planalto Central brasileiro revelava indícios das transformações antrópicas ocasionadas pelas populações indígenas.

Para Dean (1996, p. 123), “a corrida pelo ouro transformou a fronteira num lugar de troca cultural”, que pode ser entendido por Martins (1997) como lugar de encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, que se traduz também em lugar de desencontro, de conflitos decorrentes de diferentes cosmovisões. Para Martins (1997, p. 151), “o desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História”. McCreery (2006), dentre os estudos realizados sobre a “Fronteira Goiás”, ressalta de forma significativa os enfrentamentos estabelecidos entre os grupos indígenas e os colonizadores no sertão goiano resultante da disputa pelo domínio do território.

A fronteira do Planalto Central se apresentava como lugar da promessa de riquezas a serem descobertas e conquistadas. De acordo com Silva (2012), as promessas do Oeste impunham o enfrentamento entre o desbravador e a natureza, nesse caso, não apenas o sertão bravo ou a natureza indomada, mas também o indígena. A corrida pelo ouro estabelecia um conflito travado entre os desbravadores e as tribos indígenas ocasionando extermínios mútuos; além da guerra declarada, os novos ocupantes da fronteira traziam doenças que rapidamente devastaram vários grupos indígenas, inclusive os Goiás⁶, dos quais originou o nome da nova província.

O uso do termo desbravador advém da construção tipológica do mito bandeirante na obra “Marcha para Oeste” de Cassiano Ricardo (1959), e essa forma típica de bandeirismo adquire status de primeiro bandeirante, ao abrir caminhos na fronteira e enfrentar as forças inibidoras da natureza, representada, não apenas pelo ambiente fitogeográfico, mas também pelas febres e as ameaças aborígenes. O

⁶ A história do descobrimento de Goiás, escrita pelo Padre Silva e transcrita por Ferreira (1960, p.115-120), relata que os índios Goiás foram extintos: “[...] cuidou em pacificar os gentios Goiás, que circulavam o lugar descoberto; [...] a nação Goiá fugiu aos seus perseguidores; morreram uns, alongaram-se outros, extinguiram-se, e já não existem[...]”.

desbravador, nessa interpretação, seria a forma clássica de bandeirismo por conquistar a geografia brasileira por meio dos enfrentamentos (SILVA, 2012).

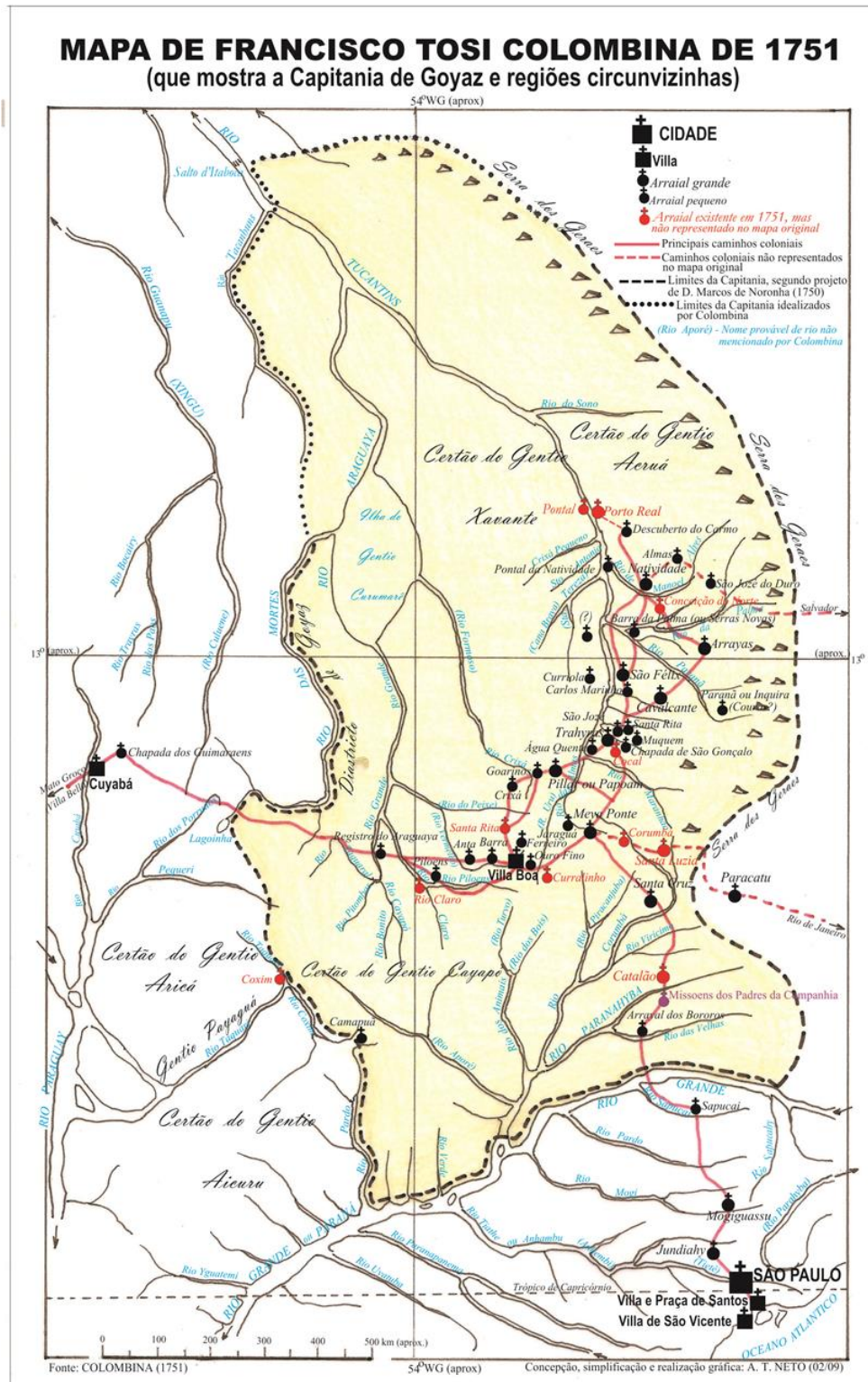
No que se refere à fronteira mineração existe uma indicação de McCreery (2006) de que o ciclo do ouro em Goiás foi um exemplo clássico de uma fronteira formada como resultado das demandas do capitalismo mercantil em que os metais preciosos orientaram as práticas econômicas das metrópoles europeias. Goiás, no século XVIII, vivenciou a febre do ouro, um delírio que movia multidões, como relata Alencastre,

A mineração era o alvo de todos os desejos, uma como que febre ou delírio de que o povo estava tomado (...) A extensa capitania de Goyaz tornou-se em pouco uma vasta mina, em que trabalhavam milhares de operários, obrando prodígios de esforço e de paciência, que ainda hoje fazem pasmar aos que observam os vestígios dessas longas canalizações, empreendidas e realizadas somente a poder do braço do homem (ALENCASTRE, 1979, p. 18).

A exploração do ouro proporcionou o processo de ocupação de Goiás, sendo estabelecido em 1726, às margens do rio Vermelho, o arraial de Sant'Ana, que depois seria chamado Vila Boa, e, mais tarde, Cidade de Goiás. Nas proximidades de Sant'Ana, surgiram novos núcleos de ocupação, às margens de córregos e rios, como centros de garimpos.

Durante o século XVIII, três zonas foram povoadas, com vários arraiais em torno das minas de ouro que iam surgindo. A primeira zona situava-se no centro sul, com uma série de arraiais no caminho de São Paulo ou em suas proximidades: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá, Vila Boa; uma segunda zona na região do Tocantins: Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Muquém, etc.; o norte da capitania abrangia uma extensa zona, entre o Tocantins e os chapadões no limite com a Bahia: Arraias, São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real (Porto Nacional); fora destas regiões de povoamento, surgiram aqui e acolá alguns arraiais isolados pelas exigências da mineração: Pilões, 18 léguas ao sul de Vila Boa, na região do Araguaia; Pilar e Crixás, nas matas da região do Araguaia; Couros (Formosa), no caminho da Bahia (PALACÍN, 1994, TEIXEIRA NETO, 2013).

Figura 1 - Mapa do primeiro grande caminho que no século XVIII atravessou Goiás de leste a oeste



Fonte: TEIXEIRA NETO, Antonio. A certidão de nascimento de Goiás: uma cartografia histórica da Fronteira. In: SILVA, S. D.; PIETRAFESA, J. P.; FRANCO, J. L. A.; TAVARES, G. G.. *Fronteira Cerrado: Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil*. Goiânia: Editora da PUC GO/América, 2013.

Quando o local apontava boas possibilidades de extração do minério ouro, o progresso era rápido, atraía uma fronteira em movimento, sedenta de riqueza, e que prontamente desaparecia tão logo surgissem sinais de exaustão ou mesmo quando aumentavam as dificuldades de extração (DUBUGRAS, 1965, p. 48). O constante deslocamento da fronteira em busca de minas produtiva resultava no fenômeno que Hennessy (1978) denomina de fronteiras ocas (vazias).

No século XVIII, o foco da expansão da fronteira em Goiás foi a mineração, fator que propiciou o surgimento de pequenos vilarejos (em torno das novas minas descobertas) isolados e com pouca infraestrutura. O governo, a fim de concentrar todo o esforço dos mineradores na produção de ouro, proibia a construção de fazendas e engenhos de açúcar e aguardente, ou qualquer outro ramo de produção. De acordo com Palacín e Morais (1994, p. 16) “[...] as minas eram, assim, uma espécie de colônia dentro da colônia: um território dependente economicamente dos produtores e comerciantes da Bahia, do Rio e de São Paulo[...]”.

Essa fronteira distante, dúbia, ora temida, ora atrativa, foi palco do deslocamento da fronteira do ouro, lugar de destruição, de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança. Uma luta travada contra a natureza indomada, árvores foram ceifadas para abrir caminhos, construir as habitações e para o plantio, a fim de garantir o alimento básico para a população que a cada dia só aumentava.

A epopeia do ouro, a cega obstinação em busca deste minério tão cobiçado, as diferentes culturas e visões de mundo presentes nas minas de ouro caracterizam a fronteira mineração em Goiás como espaço marcado pela desumanização do outro, relação conflituosa entre mineradores, escravos e indígenas desencadeando reações dos foragidos que atacavam lavras e fazendas. Nesse contexto, “[...] a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. [...] fronteiras de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem[...], é na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico” (MARTINS, 1997, p. 13).

A primeira informação que se tem sobre a população de Goiás (dez anos após o início da exploração de ouro em Goiás) é de 1736, através dos registros da

capitação, uma população aproximadamente de 20 mil pessoas, sendo mais de 10.000 escravos negros adultos. Segundo Palacín e Moraes, em 1750, a população aproximava de 40.000 habitantes; em 1783, já no fim do ciclo do ouro em Goiás, contava com 60.000 habitantes (PALACÍN; MORAES, 1994, p. 28).

Quando a extração do minério ouro apresenta sinais de esgotamento, a partir da década de 1760, Goiás sente os reflexos negativos da atividade de mineração. Devido a curta duração do período aurífero, bem como as restrições estatais ao desenvolvimento da agricultura a fim de centrar todos os esforços na extração do ouro, a mineração gerou relativamente pouco desenvolvimento para a região.

Sem alternativas para sobrevivência a maioria dos ex-mineradores partiu em retirada levando consigo seus escravos e os que permaneceram praticavam a agricultura e a pecuária de subsistência. Goiás, a partir do final do século XVIII até o início do século XIX se torna uma fronteira em decadência. Segundo Palacín e Moraes (1994, p. 29), logo após o início da decadência do período aurífero, o censo de 1804 indicou uma população de 50.000.

A província ficou isolada, era pobre e sem recursos disponíveis para investir em melhorias, corria o risco de se exaurir. A maioria das cidades sobreviveu ao abandono dando continuidade aos arraiais setecentistas que surgiram ao redor das minas com um grupo reduzido de pessoas e com grande pobreza de recursos.

No final do século XVIII e início do século XIX, algumas tribos acreditando que estavam ganhando a luta contra os intrusos, atacavam os colonos, fazendas e cidades levando-os a abandonarem a localidade deixando para trás excelentes e ricas culturas, minas e pastos cheios de gado gordo. A geologia do ouro deixou a população isolada, sem recursos para desenvolver a agricultura e sem possibilidades de transportes (McCREERY, 2006, p. 17-18).

A partir da década de 30 do século XIX, a população de Goiás volta a aumentar, desta vez sob a influência da pecuária. Goiás não conta com a contribuição estrangeira e os emigrantes que chegam à Província são provenientes do Pará, Maranhão, Bahia e Minas. Porém, esse crescimento torna-se insignificante quando comparados em âmbito nacional. A população de Goiás em: 1849, 79.000 habitantes; 1856, 122.000 habitantes; 1861, 133.000 habitantes; 1872, 149.000

habitantes, 1890, 227.000 habitantes, 1900, 225 habitantes. A população do Brasil em: 1872, era de 10.000.000 (porcentagem goiana 1.6%); 1890, 14.000.000 (porcentagem goiana 1,59%); 1900, 17.000.000 (porcentagem goiana 1.4%) (PALACÍN; MORAES, 2004, p. 57-63).

Desde o início da colonização a agricultura e a pecuária se fizeram presentes em Goiás a fim de alimentar e transportar os mineiros. No entanto essa atividade era exclusiva para o consumo interno da Capitania. Exportar os gêneros alimentícios tornava-se inviável devido os custos e o isolamento em que se encontrava a Província de Goiás. A fronteira goiana, século XIX, era uma fronteira de tropas e, nesse sentido, a *cattlefrontier* poderia ser explicada como uma alternativa econômica, na medida em que o gado era mercadoria auto transportável. Devido à concorrência e a distância dos mercados da região não se desenvolveu quando comparada, por exemplo, com o Pampas ou até mesmo com o Rio Grande do Sul. A província evidentemente estava mais isolada durante grande parte do XIX século do que tinha sido no século XVIII.

2.2 A ocupação humana na Fronteira Pilar de Goiás

Pilar de Goiás não fugiu à regra geral, teve a origem com um pequeno grupo de escravos foragidos que ali encontraram abrigo e também o ouro. Uma fronteira de difícil acesso, em meio aos Montes Moleque, Boa Vista e Pindura, às margens do “Mato Grosso de Goiás”, fora das rotas de acesso da capital Vila Boa em direção às minas do norte e do alto Tocantins.

A ocupação humana em Pilar de Goiás, desde os primórdios (finais do Pleistoceno e início do Holoceno) até a atualidade, sempre esteve estritamente relacionada com os recursos naturais. Pilar de Goiás, segundo a tese da fronteira de Turner (2010), é a terra livre, território vazio, capaz de atrair grandes contingentes populacionais em virtudes da disponibilidade de recursos naturais. A partir de Oliveira e Wegner (2000; 2000), pode ser considerado como o sertão a ser povoado, o oeste a ser conquistado, lugar de atraso e alheio a civilização, espaços vazios e ricos em recursos naturais a serem explorados. De acordo com Martins (1997), pode ser definida como uma fronteira dúbia, temida, lugar de destruição, de resistência,

de revolta, de protesto, de sonho e de esperança. Sob a visão de Silva (2012), lugar de enfrentamento entre o desbravador e a natureza, nesse caso, não apenas o sertão bravo ou a natureza indomada, mas também o indígena.

Existem rastros da presença humana, grupos caçadores-coletores, do final do Pleistoceno e início do Holoceno, por volta de 12.000 a 10.000 AP⁷. Nessa época, a região apresentava uma configuração ambiental distinta da atual. Desde o início do Holoceno até por volta de 1.000 anos AP, os grupos caçadores-coletores, portadores de tecnologias distintas e sistemas socioculturais complexo, ocupavam praticamente todo o Centro-Oeste (ZANETTINI, 2009).

Os vestígios das primeiras populações humanas que habitavam a região, pertencente à Tradição Itaparica⁸, foram encontrados na localidade de Urualina (município de Hidrolina/GO que até 14/11/1958 pertencia ao município de Pilar de Goiás/GO⁹). A Tradição Itaparica pode ser definida com “uma cultura dos cerrados” O modo de vida dos povos do Cerrado há mais de dez mil anos atrás estava intrinsecamente ligados às condições do meio (BARBOSA, 2002 apud GIUSTINA, 2013).

Zanettini (2009) identificou e registrou 08(oito) sítios arqueológicos em Pilar de Goiás. Segundo o autor, há estudos que indicam a presença da Tradição Uru em Goiás a partir de 700 AP

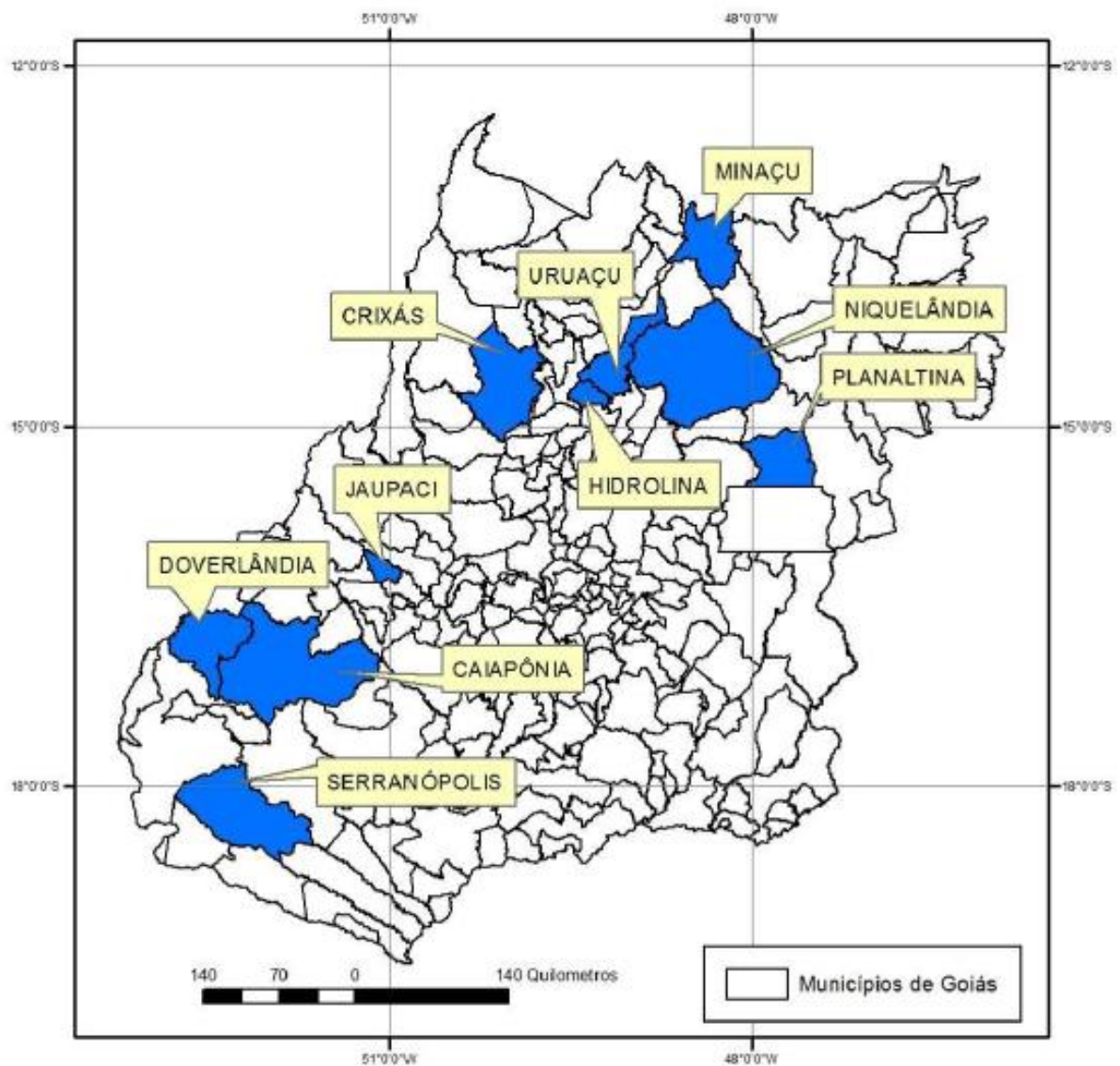
No século XVIII, época em que os bandeirantes chegam a Pilar de Goiás, atraídos pelo minério ouro, a região era habitada pelos índios: Crixás, Quirixás, Curuxás ou Kirixás, de língua do tronco Macro-Gê, subgrupo Acuém; os Canoeiros ou Avácanoeiros, de língua do tronco Tupi-guarani; o Caiapós e os Xavantes, do tronco lingüístico macro-Gê (ZANETTINI, 2009).

⁷ AP significa Anos Antes do Presente, onde o presente é considerado o ano de 1950 (ZANETTINI, 2009).

⁸ Tradição Itaparica, ver Anexo 1

⁹ O município de Hidrolina, pela lei estadual nº 2.131, de 14-11-1958, desmembra de Pilar de Goiás.

Figura 2 – Municípios goianos, com destaque para aqueles onde há ocorrência de vestígios estudados da Tradição Itaparica



Fonte: GIUSTINA, Carlos Christian Della. **Degradação e Conservação do Cerrado:** uma história ambiental do Estado de Goiás. Tese de doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: UnB, 2013.

Pilar de Goiás foi alvo de intensa atividade de mineração durante os séculos XVIII e XIX, permanecendo um longo período de esquecimento, até ser alvo de pesquisas durante os anos de 1970 pela Mineração Montita Ltda., passando por um novo pico de mineração por parte de garimpeiros entre os anos de 1983 a 1995, quando foi interrompida a exploração clandestina na região. Atualmente, está sendo alvo de nova onda de exploração dos recursos naturais pela empresa Yamana Gold.

2.4 Mineração em Pilar de Goiás: Séculos XVIII e Século XIX

Novos achados, novas minas, agora de ouro na rocha, entre o micaxisto e o itacolumito, em folhetas ricas, ora pintando o cascalho por onde escorreu o aluvião, ora em pequenas pepitas rebrilhando ao sol entre os satélites auríferos (ARTIAGA, 1951, p. 345).

Em 1741, a expedição do bandeirante João Godoy Pinto da Silveira na busca pelos escravos, que haviam fugido do Arraial de Crixás, descobriu o Quilombo de Papuan que passou a se chamar Pilar. Surgiu quando era moda na Corte portuguesa percorrer o mundo em busca de ouro para equilibrar as finanças lusitanas.

As notícias levadas para São Paulo sobre a descoberta da rica mina de Pilar de Goiás, eram transmitidas para a Europa, atraindo numerosa população de paulista, portugueses e nacionais de outras regiões com seus escravos. Uma luta travada contra a natureza, enfrentando com coragem e bravura o inimigo vegetal, como relata Artiaga:

Quando a massa humana invadiu, numa tremenda carga de bateias e picaretas, o território interdito, enfrentou na arrancada espartana, ao inimigo vegetal, com imensa coragem, furando as macegas do papuan, jamais queimadas. Daí o nome que deram ao arraial nascente. O papuan representava, com a tiririca e o capim navalha, o maior entrave contra a entrada humana na mata. Ainda assim, o fogo ajudando o desbravamento, a massa penetrando corajosa pelo tremendo xarrascal, desnudou, num estoicismo de nirvana, o ventre milenar das matas do Curuxás (ARTIAGA, 1951, p. 345).

Segundo Dubugras (1965), os portugueses chegavam apenas com o que carregavam às costas, mas dotados do instituto de poupança, começavam como agregados dos paulistas, passando depois a mascates e logo estavam ricos. Para Artiaga (1951, p. 345), uma parcela dessa fronteira em movimento “vinha fugindo das decepções políticas, dos constantes e desagradáveis recrutamentos para conquistas territoriais e ocupações de terras já avassaladas pelo poderio militar português”.

Em 1742, poucos meses após descoberto as minas de Pilar, a produção de ouro crescia rapidamente, registros da Capitania apontava que a contribuição de Pilar para o governo é mais de 250 oitavas de ouro, nessa ocasião Meia Ponte (Pirenópolis) contribuía com 256 oitavas de ouro. Porém, os mineradores não se contentavam em pagar esse valor de tributo, alegavam que era um valor muito alto

comparado com a contribuição de Meia Ponte, localidade mais rica e mais populosa (DUBUGRAS, 1965, p. 33).

Em 1750, o conde dos Arcos, o primeiro governador da recém criada Capitania de Goiás, nomeou o primeiro intendente das minas de Pilar e Crixás, senhor Antônio Pereira do Lago e o cronista Pedro Taques (principal ajudante na missão) para fiscalizar e cobrar impostos. Nessa época, com a presença desses dois novos escolhidos, a arrecadação de Pilar e Crixás atingiu 19.892 oitavas de ouro, quase o triplo dos anos anteriores. Como a captação de impostos era proporcional à quantidade de escravos, esta cifra permitia estimar que, naquela época, existiam aproximadamente 4.200 escravos em atividade nas Minas de Pilar e Crixás (DUBUGRAS, 1965). De acordo com Palacín e Moraes (1994) a captação era uma forma de cobrar os impostos das minas a partir do número fixo de escravos ao invés do ouro extraído, que era mais fácil de ocultar. Dessa forma, o senhor de escravos deveria pagar os impostos pela quantidade fixa de escravos independente da sua ocupação ou rendimento. A partir dos dados acima, ousa-se estimar que a população de Pilar, pouco mais de uma década de existência, já se aproximava de 10.000 pessoas.

Segundo Palacin (1994), na década de 1750, a mineração atingiu seu nível mais alto de extração do minério ouro e a partir de 1754 iniciou-se o processo de declínio da produção. Para Dubugras (1965), a diminuição da produção de ouro das minas de Vila Boa, Meia Ponte e Santa Luzia, por volta de 1760, contribuíram com o crescente aumento da população de Pilar em torno de quatorze minas em plena produção (DUBUGRAS, 1965). Segundo Artiaga (1951), os relatos sobre os tempos auríferos da mineração em de Pilar de Goiás apresentava um cotidiano de vida na fronteira marcada pela dissonância entre a miséria do sertanejo e exploração do trabalho escravo e o luxo e ostentação de uma classe privilegiada. Em suas palavras:

poucas cidades brasileiras vivenciaram a vida aristocrática que teve Pilar, por volta de 1746. A população era uma verdadeira mistura de orgulhosos aristocratas, fidalgos de todas as procedências, portugueses e espanhóis, negros africanos de todas as raças, cativos e livres, mamelucos, plebeus, índios recentemente amansados, reinóis e colonos e emboabas vindos das minas esgotadas de outros Estados. Essa população se instalava embaixo dos cipoais, de barracas de algodão tecido em teares rústicos, casas improvisadas e outras luxuosas de janelas largas, com arcos, vidraças de malacacheta, com persianas santuárias em estilo colonial, madeiras

esculpidas por artistas trazidos de São Paulo. Se adaptavam ao meio sertanejo, à vida rústica e simples da lendária Papuan, misturavam-se pelas ruas num formigar de noite e dia a pé e a cavalo. Os ricos e fidalgos saíam nos melhores animais, arreados com arreaduras de prata cinzelada, reluzindo, acompanhados de guarda pessoal, escravos vestidos com saíotes, calções de cetim e babado, com armas de defesa do senhor. Liteiras leves cheias de damasco e cetim lustroso, carregavam senhoras e senhoritas filhas de fidalgos e novos ricos, sempre conduzidos por dois escravos, bem empacotados, com calções lustrosos, jaleco vermelho e cintas de cores vivas. Há relato de que um rico maníaco que só andava amontado em escravos, relatos que nos remete aos acontecimentos do antigo Egito. Pilar tinha sua vida própria e suas particularidades, era um mundo à parte, com a sua vida própria. As igrejas viviam sempre abertas dia e noite, iluminadas por brandões de cera de cor, fundidos no reino, luxuosos, tinha candelabros de fina prataria, os objetos de culto era de ouro e a Matriz toda pintada com ricos desenhos, feitos por artista europeu tendo bordados de alto relevo em ouro. (ARTIAGA, 1951, p.350).

Apesar de vários centro de mineração da Capitania de Goiás apresentarem sinais de decadência, Pilar continuava sendo um dos núcleos mais importantes, elevado a julgado¹⁰, destacando-se entre os quatro mais produtivos. A sindicância que o Desembargador Brandão realizou, em 1763 por ordem régia, apresentou um levantamento dos impostos¹¹ pagos entre 1752 e 1761, neste relatório, os quatros centros que se destacaram foram: Vila Boa apresentou uma arrecadação global de 14.741 oitavas de ouro; Traíras (região norte), 9.860 oitavas; Pilar, 6.336,69 oitavas de ouro e Natividade (região norte) 6.286,90 oitavas (PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001).

Alguns relatos atestam a importância de Pilar no fim do século XVIII que embora sendo uma região isolada geograficamente ela continuava sendo uma fronteira próspera em ouro e recebe a presença de pessoas ilustres. Pizarro (*apud* DUBUGRAS, 1965, p. 41), relata em suas Memórias Históricas que o Padre Vicente Alexandre de Tovar, natural da Bahia, formado Cânones, e presbítero secular, que sendo cônego reitor de Sé de Faro, “passara à Goiás e por provimento de diocesano do Rio de Janeiro, permanece na paróquia de Pilar, desde 6 de junho de 1791 a 1800”. Na notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783, escrita em cumprimento à ordem régia, Pilar aparece entre os arraiais goianos citados.

¹⁰ Arraiais dotados de juízes e cartórios, com arrecadação de impostos municipais, embora desprovidos de câmaras (PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001, p. 52).

¹¹ O levantamento dos impostos, na época, era calculado a partir da rendas municipais que provinham basicamente de três fontes: a “aferição”, imposto pago pelas lojas por ocasião da fiscalização em seu sistema de pesos e medidas; “as cabeças e foros”, imposto pago pelos moradores que usavam as terras e pastos comunais (os “rocios”) de sesmaria fundacional da vila; e a “carceragem”, diária paga pelos presos, para sua manutenção (PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001, p. 52).

[...] Arraial de Pilar, antes Papuam, por ser aquele terreno coberto desta erva ou capim [...]. É cabeça do Julgado e freguesia de Nossa do Pilar, com duas capelas filiais, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Gonçalo. Tem do quartel uma companhia de cavalaria do 2º Regimento, uma de pardos, uma de pretos e duas de ordenanças. É de grane comércio pelo ouro que se extrai da sua pedreira, que promete grande duração. [...]. Foi descoberto por João de Godoy Pinto da Silveira no ano de 1741, indo este procurando uns pretos seus que lhe tinham fugido do Arraial de Crixás e achando-os naquele córrego os prendeu, e lhes manifestaram o ouro que dali tinham tirado, [...] descobriu no morro a pedreira, que é um fiador destas minas [...]. Fonte: Notícia geral da capitania de Goiás em 1783, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional de Manuscritos, Códice 16.3.2 (apud PALACÍN; GARCIA; AMADO, 2001, p. 40).

As atividades de lavra, em Goiás, após quase um século de ricas minas, começou apresentar exaustão. Assim como as outras áreas de exploração mineira, o arraial de Pilar se deparou com o esgotamento do tão precioso metal que alimentava uma coroa ambiciosa por rendimentos. Juntamente com o esgotando do ouro, moeda que Portugal utilizava para pagar sua dívida com a Inglaterra, a Coroa perde suas regalias e poder. Tristão da Cunha, em 1789, então governador da Capitania de Goyaz, relatou a coroa a decadência dos opulentos arraiais da mineração:

Devo informar a V.M. que em toda ela (a capitania) os grandes arraiais que se estabelecem, de ordinários sem mais outra escolha que a riqueza do lugar, e se fazem mais ou menos consideráveis à proporção da riqueza dos descobertos, de tal sorte que se veem hoje quase despovoados e reduzidos a tapera, arraiais que, poucos anos antes, floresceram e foram populosíssimos (ALENCASTRE, p. 23, 1863).

Dubugras (1965, p. 23) relata que os arraiais goianos distantes uns dos outros, muitos vezes em lugares de difícil acesso, definharam com suas casas destelhadas caindo aos pedaços. Muitas das numerosas construções de importância não resistiram ao total abandono do século XIX e vieram a ruínas, devido às deficiências dos materiais ou de mão de obra que as tornaram vulneráveis às intempéries do tempo.

Em 1808 o arraial de Pilar, contava com uma população reduzida a 365 habitantes brancos, 832 pardos, 857 pretos e 1845 escravos, num total de 3.899 almas, muito abaixo de Meia Ponte com 6.173, cuja situação privilegiada no encontro das rotas das caravanas lhe permitia subsidiar pela agricultura e pelo comércio (DUBUGRAS, 1965, p. 41).

No período de abundância da mineração a produção agropecuária limitava-se apenas a subsistência e as atividades de prospecção era privilegiada. Com a decadência da produção aurífera os escravos passaram a ser empregados na agricultura na tentativa de produzir e comercializar os produtos agrícolas. Em 1783, 60% dos escravos de Pilar trabalhavam na produção agrícola, porém, a agropecuária não se tornou expressiva devido às dificuldades para produzir e comercializar os gêneros, a distância, a diminuição da população e falta de capital. No século XIX, a quantidade de escravos na província de Goiás diminuiu significativamente (PALACIN; GARCIA; AMADO, 2001; McCREERY, 2006).

Alencastre (1979) destacou as várias tentativas de exportação da produção agropecuária: em 1807, tentativa de envio de produtos agrícolas saindo do porto de Santa Rita do Rio do Peixe, “o comboio levava carregamento de 40 arrobas de quina, 109 fardos de algodão, 129 barricas de açúcar, 149 surrões de dito, 106 rolos de fumo, couros, etc., perfazendo o peso total de 1.624 arrobas”; em 1808 partiram outras duas expedições, mas devidas as dificuldades encontradas foram abandonadas (ALENCASTRE, 1979, p. 128). Viajantes europeus também apresentam em seus relatos dificuldades na manutenção e transporte do gado (SAINT-HILAIRE, 1975; POHL, 1976; SPIX E MARTIUS, 1981; CASTELNAU, 2002).

2.5 A fronteira mineração em Pilar na visão dos viajantes

O cenário de crise da mineração e os vestígios de devastação do ambiente natural foram descritos por viajantes, nacionais e estrangeiros que passaram por Pilar de Goiás entre o início do século XIX e XX. Em 1819, o naturalista Johan Emanuel Pohl, nascido em Praga (Bohemia) deixou registros de sua passagem pelo Arraial de Nossa Senhora do Pilar. O naturalista fazia parte da comitiva nupcial de Dona Leopoldina, filha do Imperador da Áustria, Francisco II, que veio ao Brasil em 1817 para casar-se com o Imperador Pedro II do Brasil. Pohl permaneceu no Brasil entre os anos de 1817 a 1821 visitando várias regiões do país. A sua passagem por Pilar foi inserida no roteiro entre a Capital da Província, Cidade de Goiás, passando por Crixás em direção aos arraiais auríferos do norte da Província. Sua chegada a Pilar foi assim descrita: “Chama-se aqui Serra do Muquém

[...]. Em cada encosta eram visíveis os vestígios da antiga mineração [...] avistamos Pilar [...]. Todavia, a trilha coberta de mato, obrigava-nos a abrir caminho e fazia tantas curvas que gastamos bastante tempo para atingir a localidade” (POHL, 1976, p. 188).

O naturalista ficou alojado em um espaçoso casario no arraial do Pilar, hospedando-se ali por dois dias (entre 22 a 24 de maio de 1819). Relatou as advertências da população sobre uma febre que assolava a região (febre pútrida)¹² e recebia notícias de que a doença fazia estragos nos arraiais em que sua comitiva ainda passaria. As advertências incluíam que não acampassem às margens de riachos nem que tomassem água sem adicionar bebida alcóolica. Sobre a localidade apresentava um cenário de abandono do que outrora havia sido uma próspera vila aurífera. Em suas palavras:

O Arraial de Nossa Senhora do Pilar está situado na encosta de uma serra, sendo inteiramente rodeado de colinas. Ao ser fundado, em 1741, o lugar foi chamado Papuã, nome de um capim que antes ali crescia em toda parte. Constou, por algum tempo, entre as povoações mais consideráveis de Goiás e, como os demais da Capitania, deve sua existência à abundância de ouro encontrado na região. A mineração está hoje inteiramente abandonada. A falta de escravos transformou os habitantes dessa região em mendigos. [...] Como em toda parte, as casas, em número de 283, são construídas de madeira e barro, caiadas por fora e todas cobertas de telhas. O lugar apresenta também a tão comum característica de que as casas, na maioria, estão abandonadas e parcialmente desmoronadas (POHL, 1976, p. 188).

O cenário de isolamento e abandono era marcante na percepção do naturalista da Bohemia. Ao mesmo tempo, as observações do viajante traziam a sensação de que nenhuma atividade econômica era viável nessa região de difícil acesso na Serra do Muquem.

Outro registro de viagem foi o “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás” elaborado pelo militar e político Raimundo José da Cunha Mattos (2004). Cunha Mattos havia sido nomeado pelo Imperador Pedro I como Governador de Armas de Goiás, fazendo sua primeira viagem a Província entre 8 de abril e 16 de junho de 1823. Retornou novamente em 1825, voltando, definitivamente, ao Rio de Janeiro no ano seguinte. Em seus

¹² Febre pútrida era o nome usado pelos autores antigos ao que é hoje designada como febre tifoide ou tifo e cujo agente etiológico é a bactéria *Salmonellatyphi*, que pode ser contraída através da ingestão de água ou alimentos contaminados. O termo “pútrida” derivava do cheiro pútrido das fezes evacuadas e da rápida putrefação dos cadáveres (LANGAARD, 1872).

registros encontra-se uma narrativa descritiva dos caminhos e marcos que traçavam um itinerário pelos caminhos da distante Província. Os registros feitos em Pilar datam de 30 de setembro de 1823 e descreviam a insistência da comunidade em manter a atividade de mineração já desgastada, a indolência da população e sua resistência nos trabalhos agrícolas, descritos como precários. Sobre sua passagem por Pilar registra:

Às 9 horas e meia entrei no arraial do Pilar assentado em uma profunda cova, cercado de morros elevadíssimos: foi muito extenso e povoado, e tem várias ruas bem calçadas. Alguns edifícios mostram a sua antiga opulência, mas agora acha-se grandemente deteriorado pela dificuldade da mineração do ouro, únicas esperanças dos seus iludidos habitantes que ainda preferem as minas é a agricultura (MATTOS, 2004, p. 131).

O militar descreveu a decadência da população, sobretudo no que se refere ao decréscimo de escravos. Sua grande perturbação, no entanto, referia-se a insistência da população na atividade de prospecção, uma vez que ela apresentava indícios fortes de estagnação, ao mesmo tempo registrava que o desprezo pela agricultura havia arruinado não apenas o arraial de Pilar mas todos os demais da Província. Observação semelhante pode ser encontrada nos registros de Castelnau (2002), duas décadas após a visita de Cunha Mattos.

Francis de la Porte, Conde de Castelnau, chefiou uma missão francesa enviada ao Brasil em 1843 para uma expedição de estudos em botânica, geologia, zoologia e meteorologia. A expedição passou pelo território goiano, com importantes registros sobre a região. Um dado interessante dessa expedição é que ela foi hostilizada por tribos indígenas em que foi morto Eugène d'Orsery, encarregado da guarda dos registros da comissão, que acabaram sendo perdidos, destacando-se o diário de viagem, desenhos, notas de história natural dentre outros. O trabalho foi reconstituído a partir de anotações de Castelnau. Nele o viajante francês descrevia em 1843 sobre a decadência do Julgado de Pilar, destacando as ruínas do aqueduto para o transporte de água necessária na lavagem do ouro. O viajante relata também os vestígios de devastação causado pelas escavações auríferas, as cicatrizes do enfrentamento do homem com a natureza a fim de extrair suas riquezas. Segundo Dubugras (1965, p. 44), no período retratado por Castelnau (2002), os habitantes de Pilar sobreviviam de pequenas culturas de milho, feijão, arroz, cana, café, algodão e gado bovino criado em poucas fazendas, importando chumbo, pólvora, sal e ferro. O

viajante francês verificava a decadência da mineração, apesar de registrar a permanência da atividade de garimpo: “Conhecem-se no distrito catorze minas de ouro, das quais só uma é explorada, já pela falta de escravos, já pelo desconhecimento de um processo fácil de extração do minério. Há ainda numerosas minas de ferro, de que não se tira nenhum proveito” (CASTELNAU, 2002, p. 268).

Os registros dos viajantes nos auxiliam na compreensão dos efeitos da fronteira mineração nessa localidade, na medida em que permitem a descrição do cotidiano dessa sociedade no momento do esgotamento das minas e a forma como esse processo foi percebido. Os registros oficiais auxiliam a compreender a evolução da produção aurífera, no entanto o olhar do viajante permite identificar elementos desprezados pelos registros da Fazenda.

Um registro, interessante sobre o processo de decadência da fronteira mineração e do início de uma nova fronteira que se anunciava no século XX foi deixado em 1919, um centenário após a visita de Pohl a Pilar de Goiás, pelo advogado paulista Magalhães (2004). O advogado paulista havia sido contratado pela família Monteiro de Barros em São Paulo, para adquirir uma gleba de terras na região da Lavrinhas de São Sebastião, município de Pilar, próximo a região de matas às margens do Rio das Almas. O interesse nessa região pelos empresários paulistas deveu-se em vislumbrar oportunidades de valorização das terras pela expansão da fronteira agrícola que se iniciava com a abertura de estradas e ferrovias no território goiano. Os registros deixados por Magalhães (2004) foram em forma de cartas destinadas aos Monteiro de Barros e que posteriormente foram publicadas pelos familiares do advogado. Os registros são uma fonte importante para a compreensão do início da fronteira agrícola em Goiás, ao mesmo tempo em que registram a riqueza florestal das Matas de São Patrício nas proximidades de Pilar anterior a grande expansão promovida pela colonização dessas terras pelo governo federal na década de 1940 por meio da Marcha para Oeste (SILVA, 2008). Sobre as observações deixadas em várias visitas feitas a Pilar destacamos o seguinte registro:

Em um maciço formado por três altos montes está o Pilar, talvez a mais rica província aurífera do Brasil, descoberta em 1741. Não tardou que 4 mil aventureiros dessem início à sua exploração com 9 mil negros. De tal modo prosperaram que dentro de pouco 30 mil escravos trabalhavam nos

arredores, onde o ouro se apresentava em folhetas e pepitas, sendo encontrada uma de 20 quilos (MAGALHÃES, 2004, p. 103)

Uma narrativa que mistura dados conhecidos pelos informes governamentais e fábulas construídas pela tradição oral dessa comunidade aurífera apontam para uma prosperidade pretérita ao mesmo tempo em que indicam o decadente estágio da economia nas primeiras décadas do século XX. Dentre suas observações deixava apontamentos da antiga cidade de Pilar de Goiás, cercada por montanhas e que lembrava as cidades auríferas das Minas Gerais. Casarios, sobrados, igrejas, deixam impressões de um mundo barroco no interior goiano, e impressionaram o visitante. Em carta enviada aos superiores em São Paulo em 03 de setembro de 1919 registrou:

O viajante que ali vai entrando, uma vez transposto o bamburral numa só passada por sobre um córrego encachoeirado, ingressa na rua principal da antiga cidade. À direita e à esquerda, casas velhas, espaçosas, com telhados de comprido beiral, em cuja extremidade está suspensa uma candeia. Esta, à noite se acende para alumiar o padroeiro em seu nicho da porta de entrada. A iluminação pública de outrora dependia dessas iluminarias que eram obrigatórias. À direita surge uma casa de mais alta envergadura, de portas trabalhadas e rótulas projetando-se das paredes, é a do capitão de Conquista, o português Francisco Pereira Ribeiro, senhor das Lavrinhas de São Sebastião. Mais um passo e chegamos à Praça da Matriz, com duas torres e o maior sino do estado ali fundido, cuja badalada tristonha se ouve a mais de léguas; é apontado como a primeira maravilha do antigo Goiás (MAGALHÃES, 2004, p. 104).

Para esse viajante, as reminiscências destacavam as maravilhas da antiga Província de Goiás: o “Sino de Pilar, Feitiço de Crixás, Cadeia de Traíras” (MAGALHÃES, 2004, p. 104). Magalhães apresentava registros significativos, cujas fontes foram cartas destinadas à família paulista Monteiro de Barros, que havia comprado terras na região de Pilar e havia lhe contratado para regularizar essa documentação, dos tempos das sesmarias. Em diferentes visitas, diferentes relatos. Não apenas das impressões dos registros materiais de seus casarios e outras arquiteturas, mas também das festividades, das crendices, do jeito barroco herdado dos tempos coloniais. Registros destacados como uma relíquia barroca no interior de Goiás: “Na encosta de um alto monte, cercado por estreitos horizontes e sitiado pelo mato por todos os lados, jaz hoje uma relíquia da cidade luxuosa que o sol do século XVIII iluminou. Tal é o Pilar de hoje em dia” (MAGALHÃES, 2004, p. 103). Infelizmente, esse antigo núcleo de mineração dos séculos XVIII e XIX apresenta

poucos vestígios dos áureos tempos nos dias atuais. As duas torres da antiga igreja ruíram em ocasião de chuvas torrenciais, o casario foi descaracterizado por intervenções da praticidade moderna, a incapacidade de manutenção do patrimônio arquitetônico por parte dos pobres moradores, que também não entendem o valor de manter as “antiguidades”, dentre outros fatores, registram o estado atual da localidade. Pouco restou dos tempos áureos. Mas alguns prédios resistem e dentre estes destacamos, a base da Igreja Matriz com o imponente sino do século XVIII; a Igreja Ermida das Mercês, da irmandade negra; alguns poucos casarios; a casa de Câmara e Cadeia, dentre outros prédios.

Os relatos de tempos áureos e a decadência do patrimônio cultural registram o movimento da fronteira das minas em Pilar de Goiás. A atividade de exploração mineral enfraqueceu-se desde a segunda metade do século XVIII. No decorrer do século XIX, apesar de a mineração se manter em baixos níveis de dinamismo econômico, ela não se extinguiu. Com isso, praticamente não houve arrecadação por parte do estado neste período decorrente de impostos do setor mineral. A última grande descoberta foi o depósito de Anicuns, em 1809 (McCREERY, 2006).

A mineração se manteve em atividades pontuais desenvolvidas por garimpeiros, de forma individual ou em pequenos grupos, ainda utilizando-se das técnicas rudimentares para a lavagem de sedimento de aluvião ou de cascalhos. Muitas vezes funcionava de forma sazonal e alternada com atividades de subsistência. Sem capital investido, problemas técnicos como a disponibilidade de água para a lavagem do cascalho aurífero e a dificuldade de retirar água freática das cavas das minas frequentemente reduziam a vida útil das jazidas (COSTA, 2013).

Experiências com empreendimentos de grande porte também ocorreram, mas não obtiveram êxito em suas empreitadas. Como exemplo das empresas que investiram capital em Goiás está a Sociedade de Mineração do Morro do Muquém, criada 22 de abril de 1821, com o objetivo de explorar ouro em Pilar. A empresa era presidida pelo comandante do arraial, capitão Francisco Correia de Assumpção. A sociedade reunia, inicialmente, 11 sócios, possui 34 escravos e instrumentos mais elementares de mineração. Além de problemas relacionais entre os sócios, o empreendimento teve dificuldades em obter água, mesmo tendo canalizado o

córrego Francisco da Silva, que dispunha de água suficiente no período de estiagem.

O quadro desenhado acima apresenta o processo de exploração de minas em Goiás até final do século XIX, quando ocorreu a estagnação da atividade. E também neste período que o Estado de Goiás passou a legislar acerca do bem mineral por meio da Lei nº 06 (20/07/1892) inaugurando concessão de exploração mineral¹³. Posteriormente, foi criado o 1º Regulamento Geral das Atividades Minerárias do Estado de Goiás, Decreto-Lei n. 424 (14/11/1898), o qual autorizava o poder executivo estadual a regulamentar a mineração no território goiano e tratava de questões relativas à pesquisa e lavra dos bens minerais (TAVARES, 2010). Outro destaque foi a Lei n. 283 de 17/07/1906, que “não modificou em profundidade a legislação anterior. Tratou-se, apenas, de uma modernização do Decreto n. 424 de 14/11/1898, mantendo-se intacta sua estruturação básica” (CARVALHO, 1988, p. 80). No decorrer do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a economia de Pilar de Goiás teve como base de sustentação atividades relacionadas a produção agropecuária.

Segundo Dubugras (1965, p. 44), os habitantes de Pilar sobreviviam de pequenas culturas de milho, feijão, arroz, cana, café, algodão e gado bovino criado em poucas fazendas, importando chumbo, pólvora, sal e ferro. Uma só mina era explorada e o principal artigo de comércio era algodão fiado e em rama. E assim os pilarenses venciam os anos, procurando adaptar-se ao novo regime econômico. Já não mais contavam com os escravos para lhes satisfazerem todos os caprichos.

A economia mineradora não só trouxe a ideia como a realidade da riqueza fácil. Com o declínio das minas a pobreza, com a mesma rapidez, substituiu a riqueza. Pilar de Goiás, apesar da aparente prosperidade, nunca passou de um pouso de aventureiros, que abandonavam o lugar logo que as minas começavam a dar sinais de cansaço, sofreu com a retirada de grande parte de sua população, ficou mergulhada no mais completo esquecimento, resultado de sua pobreza e da localização fora de qualquer rota de comércio, permanecendo cem anos no

¹³ Lei n. 06 (20/07/1892) privilegiou por 50 anos cidadão norte-americano James Francis MacAndrew para explorar e lavar ouro e outros minerais nas cabeceiras dos rios Traíras, Bagagem, Peixe e Vermelho. A Lei previa não só benefícios, mas também obrigações para o explorador, p. ex., “a transferência da concessão [...] só poderia ser feita mediante permissão do poder legislador estadual e aprovação do Presidente de Goiás” (Arquivo Estadual de Goiás. Lei n. 06. Livro de Lei)

esquecimento sem tomar conhecimento das transformações ocorridas no século XIX.

Quando consideramos os estudos acerca da fronteira mineração em Pilar de Goiás, percebemos similaridades como os demais arraiais de mineração em Goiás. Um dado significativo refere-se à construção de uma cultura material e imaterial que se constituiu na relação estabelecida entre uma sociedade em condição de fronteira e o ambiental natural com os seus desafios. O patrimônio cultural dos antigos arraiais da fronteira mineração em Goiás desenvolveu um conjunto de tradições, muitas vezes importadas da metrópole ibérica, mas que assumiam identidade própria nos sertões do Planalto Central. Essa observação se faz ao considerar a arquitetura herdada dos tempos áureos da mineração e que, agora se apresentam como patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, não apenas em Pilar de Goiás, como também em outros arraiais (Meia Ponte, Corumbá, Vila Boa, Santa Cruz, Santa Luzia, dentre outros). Uma forma de viver e de se relacionar com a fronteira se manifestava por meio das construções, festividades, sabores e no estilo relacional nos arraiais da fronteira mineração. Saberes e expressões culturais nos ermos e nas gerais do Oeste.

Pilar sobreviveu e passou do século XVIII direto ao século XX sem qualquer construção nova nos mais de 100 anos. Apenas casas remodeladas com materiais de outras abandonadas, e grandes vazios onde outrora foram as ruas Direito e Paulistas. Algumas casas, já em estado precário foram demolidas nas décadas de 40 e 50. O traçado do arraial pouco se alterou do século XVIII até a década de 1960¹⁴. A cidade de Pilar conservou pura sua arquitetura setecentista, caso raro que não se repetiu em nenhum outro arraial importante do período aurífero em Goiás. Seu traçado continuou igual, sem qualquer acréscimo, com algumas ruas vazias em que apenas um muro de pedra e alguns esteios indicam o lugar de casas já desaparecidas. Isso foi possível ao extremo isolamento em que ficou, fora das rotas do comércio habituais e sem qualquer produção agrícola vendável

¹⁴ O traçado do arraial pouco se alterou do século XVIII até a década de 60 (O estudo realizado por Dubugras sobre a arquitetura de Pilar de Goiás foi efetuado nos anos de 1963/64 como professor de Instituto Central de Artes da UnB sob a orientação do Professor Alcides Rocha Miranda.

(DUBUGRAS, 1965, p. 54-55). Esse isolamento de Pilar evidencia o que Hennessy (1978) denomina como *hollow frontiers* (fronteiras ocas).

O isolamento de Pilar foi cedendo com a ocupação da Colônia Agrícola de Ceres na década de 1940 e com a construção da Belem-Brasília, logo havendo ligação por estrada precária com Itapaci (24km), Rialma e Ceres. Em 1964 era evidente que as melhores comunicações trariam progresso a Pilar, distante 380 km de Brasília (DUBUGRAS, 1965, p. 5; SILVA, 2008).

Com o avanço da expansão agrícola para a região das Matas de São Patrício, na década de 1940, Pilar de Goiás passou a ser palco de uma “nova fronteira” que apresentava características da economia rural familiar. Artiaga (1951) registra o avanço dessa nova fronteira e salienta que repete-se o fato histórico da era setecentista, porém a fronteira humana que antes procuravam catas e filões de ouro, a partir da década de 1940, avança com o mesmo furor em busca de novos motivos econômicos.

CAPÍTULO III

NOVAS FRONTEIRAS DA MINERAÇÃO EM PILAR DE GOIÁS - Século XX

A ocupação da fronteira em Pilar de Goiás está estritamente relacionada aos recursos naturais, especificamente a exploração do ouro. Porém, após o declínio da mineração no final do século XVIII, a localidade permaneceu isolada e alheia às políticas desenvolvimentistas do início do século XX. Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre a retomada da fronteira mineração em Pilar de Goiás, que após um século de isolamento, experimentou um novo impulso na economia rural familiar com a expansão agrícola para a região das Matas de São Patrício a região na década de 1940. Na segunda metade do século XX é palco de sucessivas invasões de garimpeiros que ocuparam todas as ocorrências de ouro conhecida na região.

Inicialmente, para se compreender como se deu a retomada da fronteira mineração em Pilar de Goiás, faz-se uma descrição sobre a legislação da mineração no Brasil e em Goiás nas primeiras décadas do século XX. Com o auxílio de Tavares (2010), apresenta o esforço de Zoroastro Artiaga em divulgar os recursos naturais de Goiás, que para ele seria o meio mais eficiente de integrar a região ao cenário nacional. A região cumpriria assim, o papel de fornecedora dos mencionados recursos para o abastecimento da indústria de base brasileira.

3.1 A mineração no Brasil no século XX

Os recursos naturais são bens não renováveis, muitas vezes explorados de forma predadora levando à exaustão, distribuídos de forma irregular na crosta terrestre privilegiando os países e/ou regiões que os possuem em maior quantidade e qualidade. Tal distribuição atribuiu à atividade mineradora uma característica tipicamente internacional marcada pela presença de poderosas empresas transnacionais que, muitas das vezes, exercem fortes pressões econômicas e políticas sobre os governos dos países hospedeiros. Nesse sentido, os recursos minerais são considerados essenciais e estratégicos às atividades nacionais, o que

leva diversos países elaborar vários mecanismos de regulação estatal sobre as atividades de mineração (BONGIOVANNI, 1994).

Segundo Bongionvanni (1994), a mineração brasileira é um dos setores econômicos em que, historicamente, tem sido maior a ação reguladora do Estado. Desde o período colonial, ao contrário das outras atividades econômicas, a mineração estava subordinada a uma série de dispositivos legais, tais como: Regimentos, Alvarás, Ordens-Régias, e outros, que regulavam o aproveitamento dos bens minerais e estabelecia uma política fiscal. Um período marcado pela forte presença do Estado na economia da mineração. Ao término do período colonial, com a revolução industrial, a política de prospecção do ouro e pedras preciosas sofreu uma decadência e deu-se início a um novo ciclo da política do ferro e do carvão.

No período imperial, a legislação mineral praticamente não se altera. A Constituição de 1824 não trouxe nenhuma inovação na legislação mineral mantendo a separação da propriedade superficial e a do subsolo, sendo que a propriedade do subsolo pertencia ao Estado. Os estrangeiros tinham o direito de organizar empresas de mineração, desde que obtivesse licença para tal. O período compreendido entre a Independência e o II Império (1822-1840) muito pouco acrescentou à mineração brasileira. A decadência da produção mineral levou à décadas de depressão econômica, os poucos investidores no setor mineral foram de origem inglesa (BONGIOVANNI, 1994).

Durante o Segundo Império, a legislação mineral não sofreu alterações significativas. Pelo contrário, uma série de documentos legais reafirmava o domínio da nação sobre os bens minerais e a separação entre a propriedade superficial e a do subsolo. O desempenho econômico da mineração permaneceu pouco significativo e a legislação mineral só avançou no plano fiscal. No decorrer do Segundo Império foram promulgados Diversos documentos legais relacionados à mineração, na sua maioria, tratavam de questões fiscais e administrativas. O direito mineral durante todo o período imperial foi dependente do direito administrativo. A legislação mineral recebeu fortes influências das leis francesas, particularmente no conceito de distinção entre propriedade superficial e propriedade mineral, sendo esta sujeita à concessão do Estado (BONGIOVANNI, 1994).

Com o advento da República, atendendo à antiga reivindicação dos interesses oligárquicos, a Constituição de 1891, altera profundamente as bases da legislação mineral e a propriedade mineral e superficial são unificadas cabendo ao proprietário do solo o domínio sobre os recursos minerais existentes em sua propriedade.

A Lei Pandiá Calógeras (1915) e, especialmente a Lei Simões Lopes (1921), representam tentativas do Estado de estabelecer bases legais mais elaboradas para regular as atividades mineradoras. Porém, a evolução da produção mineral, do início ao fim da Primeira República (1900-1930), foi pouco significativa. Não houve crescimento da produção mineral, mas, foi um período que introduziu importantes alterações quanto à legislação mineral (BONGIOVANNI, 1994).

Com a revolução de 1930, inicia-se um importante processo de transformação do Estado brasileiro, tornando-se um período importante para a definição da industrialização do país. Nesse contexto, conta-nos Bongiovanni (1994) que, o decreto nº 22.339, de 11 de janeiro de 1933, estrutura o Ministério da Agricultura em uma Secretária de Estado e três Diretorias Gerais: de Agricultura, de Indústria Animal e de Pesquisas Científicas. O Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, que passa a se chamar Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, e a Estação Experimental de Combustíveis e Minérios ficaram subordinados à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas.

Segundo Tavares (2010), sob determinação federal, criou-se os seguintes órgãos: a Diretoria Geral de Produção Mineral (1933), Instituto Nacional de Tecnologia (1933) e Instituto de Pesquisa Tecnológica (1934) que tiveram como responsabilidade investigar e regulamentar a extração de recursos naturais, seja para o abastecimento da indústria de base nacional, seja para exportação. Porém,

apesar da criação de instituições estatais e da reestruturação do Ministério da Agricultura ainda no ano de 1933, somente cinco anos depois o Estado Novo estabeleceu as tarefas a serem assumidas pelo Ministério em questão, a saber:

- estudar o aproveitamento racional das matérias-primas minerais (...) padronizando e fiscalizando os tipos de produção;
- estender a rede de pesquisas geológicas e mineralógicas, de forma a estabelecer um cadastro tão completo quanto possível;
- avaliar as disponibilidades de energia utilizável pela indústria, determinando a potência das quedas d'água, a capacidade das jazidas de carvão e a existência de depósitos petrolíferos (TAVARES, 2010).

A fim de cumprir as tarefas estabelecidas, o Estado intervém por meio de decretos e leis que restabeleceu a separação entre a propriedade do solo e dos bens minerais e atribui à União a propriedade dos recursos minerais: riqueza do subsolo, das águas e das florestas, já que por meio deste obteria fontes para a indústria de base. Dentre os decretos mais importantes, foi elaborado o primeiro Código de Águas e Minérios (Decreto 24.643 de 10/07/1934), que passou a considerar a água e os recursos minerais como patrimônio da Nação. Cabe a União autorizar ou conceder títulos para pesquisa e lavra de jazidas minerais.

Os recursos naturais, a partir de então, passaram a serem explorados de acordo com diretrizes explícitas e concessões específicas editadas pelo governo central. Todos os aproveitamentos hídricos e toda a prospecção e exploração de minérios estiveram, desde então, sob controle direto de órgãos e empresas estatais ou sujeitos às concessões estatais específicas dadas a exploradores particulares, de economia mista ou estatal. No campo da administração dos recursos minerais assistiu-se um notável avanço com a criação do Serviço Geológico e Mineralógico que logrou sucesso através de estudos realizados sobre minérios de ferro e carvão mineral (BONGIOVANNI, 1994; TAVARES, 2010).

Em relação às atividades de mineração, a Constituição de 1937 reforça o conteúdo nacionalista contido na Constituição de 1934 e determina no inciso 1º que as empresas de mineração devem ser constituídas por acionistas brasileiros. Em relação à indústria extrativa mineral, de 1920-1940, não houve alteração (BONGIOVANNI, 1994).

O período que sucedeu a promulgação do Código de Minas de 1940, através do decreto-lei nº 1985 de 29 de janeiro de 1940, foi marcado por intermináveis polêmicas, principalmente sobre a separação entre a propriedade do solo e a propriedade dos recursos minerais, bem como, sobre as restrições impostas ao capital estrangeiro na mineração. Representantes de empresas internacionais, segmentos do empresariado nacionais e técnicos do DNPM, constantemente se manifestavam no sentido de transformar a legislação mineral visando facilitar o ingresso do capital estrangeiro na indústria mineral brasileira. As grandes empresas estrangeiras ligadas ao setor mineral e seus aliados brasileiros dispunham, na

época, de estreitos vínculos com agências de publicidade, com a imprensa e com políticos de relevância (BONGIOVANNI, 1994).

Segundo Bongiovanni (1994), no período entre 1937-1944 houve um acentuado crescimento de processos de pesquisa e exploração mineral, que deram entrada no DNPM, um aumento de 2.493% nas autorizações de pesquisa mineral e de 1.238% nas concessões de lavras decretadas, estabeleceram-se 348 minas e a produção física teve um acréscimo de 27%. Quanto à legislação mineral em relação à participação do capital estrangeiro não houve alterações até 1946, permanecendo desta maneira a predominância da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista no setor mineral.

3.2 A mineração em Goiás Século XX

Após a decadência da mineração no século XVIII e apesar da expansão da agricultura e pecuária ocorrida no século posterior, Goiás permanecia sem expressão nacional, economicamente era limitado como abastecedor do mercado interno das regiões limítrofes. O seu isolamento se agravava pela falta de transporte, a distância dos portos marítimos, a baixa produtividade do trabalho na agricultura e criação de gado. Para McCreery (2006), o problema fundamental foi a pobreza crônica, que complicou os esforços na tentativa de melhorar os meios de transportes e comunicação, levando o Estado a um isolamento da população do interior. Outro fator que agravava ainda mais a situação era a negligência do resto do país que parecia ter virado as costas para a província goiana.

Quanto à legislação sobre a atividade de mineração, Carvalho (1988) relata que, a competência para legislar acerca do bem mineral sempre pertenceu à União, porém, até 1967 os Estados podiam exercer este papel em caráter supletivo e complementar. A Constituição Federal de 1891 estabeleceu o regime da acessão, em que o subsolo pertencia ao proprietário do solo, a partir de então os Estados passaram a editar leis regulando a pesquisa e a lavra dos recursos minerais.

A primeira Lei mineral do Estado de Goiás Nº 6 é de 20 de julho 1892, concedia privilégio ao cidadão norte-americano James Francis Mac-Andrew - durante cinquenta anos - para explorar e lavrar ouro e outros minerais nas

cabeceiras dos rios Traíras, Bagagem, Peixe e Vermelho. Perante a inexistência de uma legislação que regulasse de maneira geral essa lei, sancionada por Antônio José Caiado, estabelecia uma série de obrigações que o cidadão norte-americano, em referência, teria que cumprir. Não tinha caráter geral, porém, sua relevância é o fato de que tais obrigações constituíram a base para a elaboração da primeira regulamentação geral das atividades minerárias do Estado de Goiás através do Decreto nº 424, de 14 de novembro de 1898 (CARVALHO, 1988).

Quanto à evolução da legislação, sobre a atividade de mineração, foi promulgada a Lei nº 283, de 17 de julho de 1906, regulamentada pelo Decreto nº 1.826, de janeiro de 1907. Porém, não trouxe grandes modificações em relação à legislação anterior, tratava-se apenas de uma modernização do Decreto nº 424, de 14/11/1898, mantendo-se intacta sua estrutura básica. Foi a última lei que teve o Estado de Goiás, sendo revogada pelo Código de Mineração de 1934 (CARVALHO, 1988).

Quanto à exploração de minério, em específico o ouro que deu origem a ocupação da fronteira na região, a Província de Goiás parece ter vivido um século sem expressão nacional. Magalhães (2004) relata uma retomada da mineração, na região de Crixás, no início do século XX:

Apurei o seguinte referente aos Brockes: família de cientistas, os dois moços especializaram-se em mineração na Alemanha; vieram a Crixás, onde em combinação com Pitblado e Rice, notáveis engenheiros de Morro Velho, sondaram a mina do Chapéu de Sol. Os relatórios desses dois grandes técnicos abriu-lhes os olhos e, após uns anos de trabalhos, apuraram ouro bastante para um estágio na Alemanha e Londres. Voltando ao Brasil, deixaram na Inglaterra firmado o contrato para a exploração da jazida de Crixás. O famoso engenheiro O'Brien, descobridor de minas em vários continentes, os acompanhou, dando os primeiros passos para o Goiaz Brazil Development Sindicat.

A guerra de 1914-1918 interditou essa iniciativa. Em 1918 reorganizou-se essa empresa; os Brockes abandonaram o plano de colonização e trataram de vender Lavrinhas para cooperar com os ingleses em Crixás (MAGALHÃES, 2004, p. 119).

Segundo Soares (1990, p. 23), a retomada da atividade de mineração em Crixás, com a exploração da mina do Chapéu do Sol entre 1918 e 1922, foi passageira e novamente a extração de ouro em Crixás é mais uma vez interrompida.

Para Drummond (1991), a partir dos pressupostos teóricos metodológicos da História Ambiental, as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis são diferentes para cada estilo civilizatório da sociedade humana. “Um

minério útil, pode ser abundante no território de uma sociedade e, ainda assim, ser ignorado, pelo fato de ela não dominar a tecnologia do seu processamento”. Assim se comportava Goiás, apesar da abundância de recursos minerais, continuava sem expressão nacional, pois a sua população não dominava as técnicas e ferramentas necessárias para explorar tais recursos.

Zoroastro Artiaga percebe que, apesar de Goiás ser rico em recursos minerais, continuava um estado isolado e alheio às políticas desenvolvimentistas do início do século XX. Conta-nos Tavares (2010):

Assim, a nosso ver, a exploração dos minérios localizados na região goiana ocupou, para nosso biografado, papel de destaque para consolidação das práticas políticas estadonovistas. A região cumpriria o papel de fornecedora dos mencionados recursos para o abastecimento da indústria de base brasileira. Fato que pode ser percebido no diálogo estabelecido entre a região e a Nação acerca dos recursos minerais aqui encontrados. Ora através do rádio, ora por meio de revista de circulação regional e nacional, havia propaganda e técnicos brasileiro e estrangeiro na região goiana, a fim de identificar e explorar os minérios (TAVARES, 2010).

Segundo Tavares (2010), na década de 1930, Zoroastro Artiaga incorpora definitivamente o discurso da integração de Goiás à Nação, integra-se a base ideológica do programa Marcha para Oeste do grupo político de Pedro Ludovico, defende a rede férrea como caminho estratégico para a expansão em direção ao oeste, uma região marcada pelo atraso econômico e pelo estigma do sertão. Artiaga ressalta a importância do percurso traçado pela Rede Mineira de Viação associado à presença de jazidas minerais de interesse econômico, produtos agrícolas em abundância e áreas de interesse turístico, bem como estâncias hidrominerais, além de proporcionar importante penetração em Goiás.

Artiaga percorre paulatinamente o território goiano, percebendo as carências e mazelas contidas em uma região de pouca expressão nacional buscando, insistentemente, despertar interesses nacionais para Goiás. A leitura dos artigos de Artiaga nos conduz a perceber que, ao falar de sua própria terra, havia um compromisso em refletir acerca do papel da região no cenário nacional e em demonstrar as formas desiguais de tratamento regional existentes em um país no qual o discurso vigente era de um Brasil uno. O que o autor percebia era uma Nação com fossos profundos entre suas regiões. “Zoroastro, durante cinquenta e cinco anos, se propôs a discutir Goiás [...], utilizou o conhecimento científico como um

instrumento para a aproximação de Goiás dos estados brasileiros e países economicamente mais desenvolvidos” (TAVARES, 2010).

Conforme apresentado por Tavares (2010), Artiaga dedicou-se a aperfeiçoar nas áreas de Geologia, Mineralogia, Paleontologia e História Natural. Em 1937, é nomeado para a Secretaria Regional de Geografia (órgão vinculado ao Governo Federal), fica responsável por diversas atividades na área geocientífica, dentre elas a de estudos dos minerais no estado de Goiás. A exploração dos minérios localizados na região goiana era para Artiaga papel de destaque na consolidação das práticas políticas estadonovistas. A região cumpriria o papel de fornecedora dos mencionados recursos para o abastecimento da indústria de base brasileira.

A partir de 1940 iniciou suas publicações sobre os minérios encontrados na região goiana. Dentre as obras publicadas destacam-se: Geologia Econômica de Goiás (1947); Contribuição para a História de Goiás (1947); Dos Índios do Brasil Central (1947); Minérios de Rádium em Goiás (1947); Monografia Corográfica do Estado de Goiás (1949); Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás – volume 1 (1951); Geografia Econômica e História Descritiva do Estado de Goiás – volume 2 (1955); História de Goiás - Tomo I (1959); História de Goiás – Tomo II (1961); Riqueza de Goiás (1961). Em 1937, dedicou-se também às produções cartográficas dos municípios goianos, editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; o Mapa Geológico de Goiás, publicado pela Central Elétrica de Goiás e elaborou o mapa econômico de Goiás (TAVARES, 2010).

Para Tavares (2010), Zoroastro Artiaga foi um feroz divulgador de Goiás na imprensa regional e nacional, preocupado em apresentar e discutir as questões referentes ao Estado de Goiás. Escreveu na Revista Informação Goyana e também numa variedade de outros meios de comunicação regional e nacional. Artiaga teve o papel de informar e formar os goianos, tendo entre outros panos de fundo os conhecimentos das Geociências. Escreveu sobre diversos temas, dentre os quais podemos destacar geologia (minas e exploração mineral) e redes de transportes, sendo este último em maior número, já que acreditava que a integração do estado de Goiás com os demais estados brasileiros apenas se daria com investimentos em vias de transportes. Nosso divulgador também apresentou uma visão regional

(econômica, política, cultural e social) de Goiás bastante otimista para as demais regiões brasileiras, além de erguer a bandeira ideológica do Estado Novo. Nesse contexto, os diversos artigos e livros escritos por Artiaga acerca da viabilização econômica dos minérios goianos para a integração regional eram assuntos de pauta nacional. A principal preocupação de Artiaga era apresentar uma região esquecida do país e suas riquezas do subsolo, assim expressa:

Uma das razões que autorizo o lançamento desta obra é, sem dúvida alguma, a necessidade da propaganda das riquezas do subsolo, sem otimismo e sem exageros, sem os arroubos de eloquência patriótica causadores de decepções e malogros para os que se dedicam à mineralogia (ARTIAGA, 1947, p. 09).

O setor mineral do Estado de Goiás, após um longo período sem expressão nacional, a partir da década de 1960, retoma sua atividade e vivencia um novo período de descobertas. Os sucessivos governos abordaram, em seus planos governamentais, sobre a política mineral. Dentre os eventos mais importantes que aconteceram destaca-se a criação e desenvolvimento da Metais de Goiás S/A (METAGO), em 1961, empresa do Governo do Estado de Goiás que a partir da década de 1970 intensifica seus projetos de exploração e tecnologia mineral (CARVALHO, 1988).

Em 1967, aconteceram dois eventos de relevante importância histórica para o setor mineral goiano: a instalação em Goiânia do Departamento Nacional de Política Mineral (DNPM), através do seu 6º Distrito Centro-Oeste (na rua 9, nº 30 no Setor Oeste em Goiânia-GO. Pouco tempo depois, mudou-se para sede própria na rua 84 (atual avenida 31 de março), nº 594, Setor Sul - Goiânia-GO, onde funciona até hoje o 6º Distrito Regional) e o conseqüente início dos primeiros levantamentos geológicos básicos do Estado, de modo sistematizado, através do Projeto Goiás. Não se pode deixar de ressaltar, na década de 1960, a contribuição dada pelo Departamento de Geociência da Universidade de Brasília ao conhecimento e compreensão da complexa geologia goiana, principalmente aquela de seus terrenos pré-cambrianos (CARVALHO, 1988).

A pesquisa sobre a exploração mineral em Goiás, realizada por empresas estatais e também por empresas privadas, intensifica-se a partir da década de 1970. Em meados desta década, grande parte da área pré-cambriana em Goiás já havia

sido coberta pelo Projeto Geofísico Brasil-Canadá (PGBC) com levantamento geoquímico e sedimentos de corrente que constituíram um marco importante da atividade exploratória em Goiás. Tanto as empresas estatais quanto as privadas, que atuam na exploração mineral em Goiás, detém importantes conhecimentos acerca da geologia goiana. A METAGO, que embora não realizava institucionalmente levantamentos geológicos, acumulou um grande acervo de conhecimentos geológicos do Estado de Goiás, principalmente aqueles relativos aos ambientes geológicos específicos, fundamentais aos seus trabalhos exploratórios (CARVALHO, 1988).

Segundo Soares (1990), as pesquisas realizadas pela METAGO e mineradores subsidiárias identificou e definiu uma faixa vulcano-sedimentar de idade Arqueana denominada de *greenstone belt de Crixás* – Faixa Crixás. Pilar de Goiás foi objeto de trabalhos de prospecção regional pela Mineração Colorado (Grupo UTAH) grupo, que na década de 1980, era formado pelas Mineradoras Montita, Coopersucar e Colorado.

Para Soares (1990), as pesquisas de prospecção, realizadas na década de 1960, associada ao fim dos acordos de Bretton-Woods (1944) que fixou por longo tempo a onça-troy e ouro em US\$35, deu origem ao segundo estágio da mineração do ouro em Goiás. O preço do ouro foi gradativamente crescente durante a década de 70, conduzindo a uma retomada da mineração de jazidas que até então eram consideradas de baixo teor de ouro.

Os garimpos de ouro, na década de 1980, estavam relacionados a variados tipos de depósitos, desde aluvionares até aqueles de veios de quartzo, em rocha dura e alternada, geralmente ligados a sequências do tipo *greenstone belt*. A produção de ouro, nesse período, foi cerca de mil quilos anuais, atingindo seu auge no final de 1983 e 1984 com as principais regiões produtoras nos municípios de Crixás, Guarinos, Pilar de Goiás, Jaraguá, Goianésia, Ceres, Pirenópolis, São Domingos, Monte Alegre, dentre outras (SOARES, 1990).

Também na mesma época começou a ser produzida esmeralda em grande quantidade, no garimpo de Santa Terezinha, com a produção inicial da ordem de 2.500 kg/ano, em 1986 foram produzidos 14.199 quilos. A exploração da Esmeralda no garimpo de Santa Terezinha, situado no município de Santa

Terezinha, estava relacionado com rochas possivelmente pertencentes ao *greentones belt* de Pilar, encontradas em níveis de talco xisto de espessuras variáveis (SOARES, 1990).

A origem dos garimpos tem forte conexão com o processo de desenvolvimento econômico brasileiro que, por sua natureza excludente, cria verdadeiros exércitos de deserdados, homens e mulheres de elevada indignação social que, na luta diária pela vida, encontram na atividade garimpeira solução momentânea para suas sobrevivências. Apresentava uma componente rica em conflitos, resultante da invasão de áreas tituladas com direitos minerários, principalmente aquelas de ouro e cassiterita, criando sérios problemas ao desenvolvimento das atividades exploratórias, para tais bens minerais no Estado (CARVALHO, 1988).

Tais invasões, geralmente, fabricadas pelos empresários-garimpeiros que usam o conjunto dos trabalhadores como massa de manobra, criam situações de difícil equacionamento pelas autoridades governamentais em face do apelo social que apresentam. Os empresários-garimpeiros, quando se apresenta conveniente, se apropriam do apelo social do garimpo, simpático junto à opinião pública, e se dizem também Garimpeiros. Entretanto, na hora da apropriação dos lucros do garimpo, se comportam como empresários que de fato são, explorando intensamente os verdadeiros garimpeiros (CARVALHO, 1988).

A lavra nos garimpos era realizada, geralmente, através da escavação manual do minério, em alguns eram utilizados equipamentos de terraplenagem ou de desmonte hidráulico. O beneficiamento era muito rudimentar ocasionado o desperdício da riqueza mineral do País. Em geral, estavam em desencontro com a regulamentação legal existente no Código de Mineração (artigos 70 e 71). O garimpo tinha, também, uma forte correlação com a questão fundiária. Uma economia estruturada no modelo centro-periferia que leva à existência de latifúndios e minifúndios improdutivos que, aliada à especialização no campo, conduzem à expulsão dos trabalhadores rurais, rumo aos centros urbanos que não conseguem se integrar ao esquema produtivo industrial do País. Estas levas de excluídos do processo de desenvolvimento econômico criam as condições ótimas para o surgimento dos garimpos (CARVALHO, 1988).

Em vez do trabalho individual, como determinava a legislação, havia a existência de dois atores principais: os trabalhadores (verdadeiros garimpeiros ou operários que realizavam todas as operações de lavra e beneficiamento, nas piores condições de segurança e higiene) e os fazendeiros (representando o capital, profissionais liberais, comerciantes e outros, isto é, pequenos e médios capitalistas que financiam todas as atividades do garimpo). Esta relação trabalhista, em completo desacordo com a legislação do País, propiciava uma situação em que se consolidava um elevadíssimo nível de exploração do homem pelo homem, evidentemente em prejuízos os trabalhadores (CARVALHO, 1988).

A mineração é por natureza uma atividade que agride o meio ambiente, sendo impossível não haver nenhum tipo de poluição. Carvalho (1988) considerou muito grave a agressão ambiental realizada pelos garimpos de ouro, em face do uso indiscriminado de mercúrio nessa época. A atividade de extração do ouro atingiu níveis alarmantes de contaminação de pessoas e animais com metais pesados, principalmente com o mercúrio disseminando no ar (através da queima para beneficiamento do ouro) e liberado nas bacias hidrográficas do Rio Vermelho (município de Goiás/GO), do Rio Crixás (afluente do Rio Araguaia) e Rio das Almas (afluente do Rio Tocantins). Os pequenos empreendimentos de mineração não tomaram medidas para amenizar os impactos causados meio ambiente pela atividade de extração do ouro. Segundo o autor, a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (SEMAGO) procurou agir nesta questão dos garimpos de maneira paliativa, tentando conscientizar os garimpeiros para o problema, o que parece não surtir os efeitos desejados.

3.2 A retomada da mineração em Pilar de Goiás

Inserido nessa conjuntura, entre os anos de 1980 a 1995¹⁵, Pilar de Goiás contava com vários pontos de garimpagem de ouro em plena atividade que praticava a mineração de forma descontrolada e predatória nos aluviões dos rios e igarapés

¹⁵ Segundo Carvalho (1988), nessa época Goiás foi o campeão nacional na detenção do maior número de requerimentos e alvarás de pesquisa com 11.449 alvarás de pesquisa publicados, seguido por Minas Gerais que deteve 10.524 e a Bahia com 9.140.

das bacias hidrográficas e em depósitos primários, utilizando técnicas rudimentares e também equipamentos modernos de grande porte. Estima-se que no período de 1980 a 1994, na região de Pilar de Goiás e Guarinos, foram extraídos em torno de 3.300 kg de ouro, por uma população garimpeira de 2.000 a 3.000 indivíduos (SOARES, 1990).

A nova fronteira mineração em Pilar de Goiás é novamente o lugar da promessa de riqueza, da vida difícil, do desencontro, da desumanização, da exploração do homem pelo homem. A população atraída pela promessa de riqueza fácil se depara com um ambiente de fronteira com mínimas condições infraestruturais, pois a base da economia local era a agropecuária.

Em Pilar de Goiás, além de só existir um manancial para atender toda uma comunidade, era desenvolvida uma intensa atividade garimpeira junto à barragem e na parede da queda d'água, eram abertas as galerias ou "bocas" sob o reservatório e o minério era lavrado com uso de explosivos. A água deste reservatório era captada pela empresa Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) e utilizada pelos garimpeiros em suas atividades. Soares (1990) ressalta que, foram identificados desmatamentos aleatórios, construção de casas de garimpeiros e pontos de queima de amálgama junto à nascente e ao reservatório.

Soares (1990) apresenta três vetores principais que podem afetar a saúde pública, decorrentes do processo de produção do ouro com utilização de mercúrio engendra, desta maneira: A contaminação com mercúrio a vapor, diretamente sobre os trabalhadores dos garimpos; o ar dos arredores durante a fase de amalgamação e queima, este vapor de mercúrio além do sério risco ocupacional pode ser facilmente oxidado pelo oxigênio do ar e tem chances reais de ser levado à participação da cadeia alimentar; a poluição das águas e sedimentos com possibilidade de metilação do mercúrio e sua absorção pelos peixes, entrando na cadeia alimentar da população local.

Essa intensa atividade, sem controle ambiental, provocou alteração da paisagem causando poluição visual e a instabilização dos túneis e galerias escavadas de forma rudimentar e com uso de explosivos durante o processo de lavra e erosão em sulcos de taludes nas pilhas de rejeito. Um dos grandes perigos para a população e para o ecossistema reside no intensivo uso de mercúrio na

extração de ouro. A extensão da contaminação ambiental não é conhecida. Porém, existe plena ciência de que o mercúrio não é o único componente de degradação ambiental pelo garimpo.

O patrimônio cultural material e imaterial, também, sofreu alterações pela leva de garimpeiros de posse de explosivos, detonaram a bela cachoeira do Ogó e os vestígios do Quilombo que abrigou os habitantes de Pilar que chegaram a essa fronteira mineração no século XVIII. Os Sítios e Ocorrências Arqueológicas, as áreas de Lavra Colonial, os Casarios, registros históricos da ocupação humana na região, de certa forma sofreram modificações.

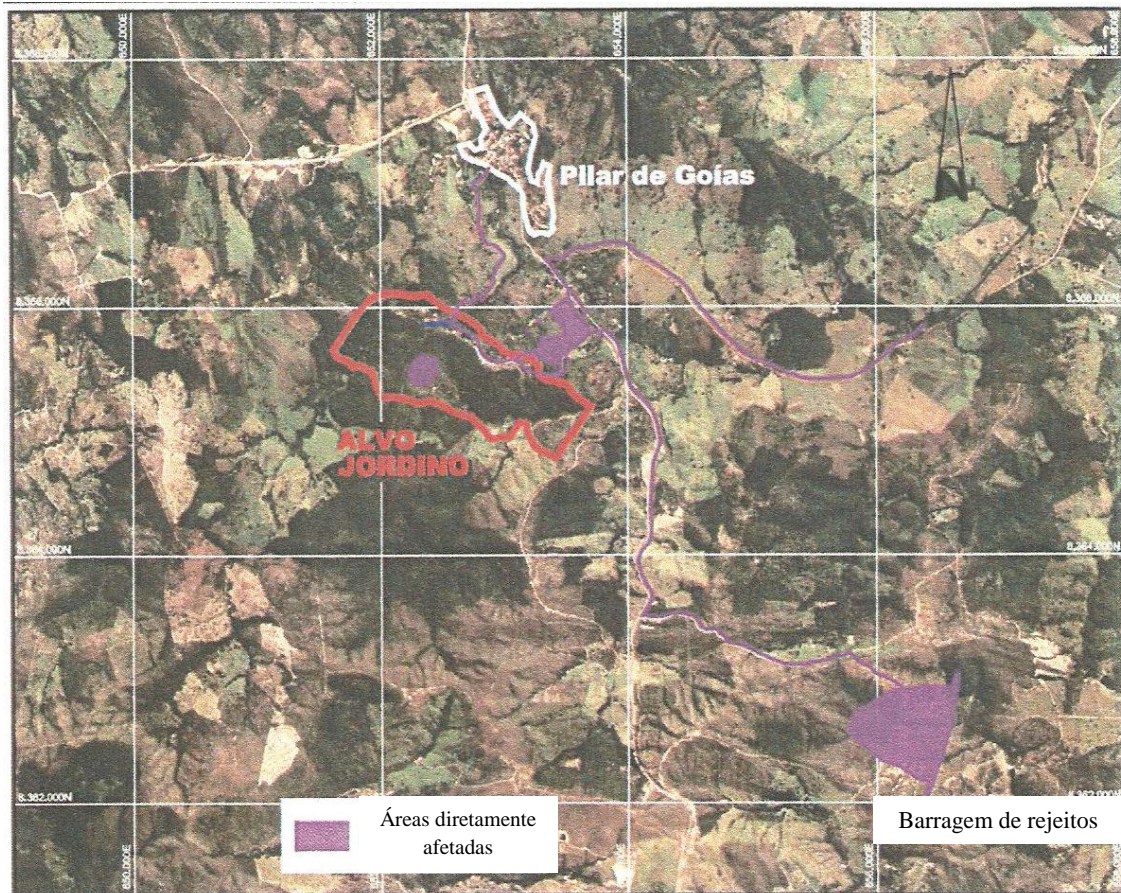
Em meados da década de 1990 a empresa Montita, que havia interrompido as atividades de pesquisa iniciadas em 1972 em decorrência das sucessivas invasões de garimpeiros, retoma suas atividades. Isso só é possível após os garimpeiros abandonarem as frentes de garimpagem devido a vários fatores, tais como: queda do valor do ouro, aumento dos custos de insumos (explosivos, combustíveis entre outros), profundidade das frentes de garimpagens (chegando até 160m ao longo do mergulho da zona aurífera), diminuição da produtividade, maior fiscalização. A partir de 2001 a empresa Montita iniciou um intenso programa de sondagem na região das ocorrências de ouro no alvo Ogó e Jordino¹⁶, que resultou na instalação da mineradora YAMANA em Pilar de Goiás.

A YAMANA é uma empresa de mineração de capital internacional que trabalha especialmente na prospecção e extração de ouro, é o braço brasileiro da YAMANA GOLD, com sede em Toronto-Canadá.

O atual projeto de mineração de ouro em Pilar de Goiás teve início em 2009 com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) a fim de obter a licença ambiental junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH) e iniciar a implantação do empreendimento minerário de lavra e beneficiamento de ouro em Pilar de Goiás, que atualmente, encontra-se em plena atividade. Estima-se com esse empreendimento a produção de 4,7 toneladas de ouro ao ano, com duração prevista para 7,5 anos (Alvo Jordino, Figura 3).

¹⁶ Alvará de Pesquisa: Nº Processo DNPM 860.316/07, Requerente Mineradora Montita, Área (há) 1628,29; Nº Processo DNPM 860.406/04, Requerente Mineradora Montita, Área (há) 999,42.

Figura 3 – Localização da área do Projeto Pilar de Goiás



Fonte: EIA. **Estudo de Impacto Ambiental**. Projeto Pilar de Goiás. Yamana Gold, outubro de 2009, p. II-9.

Segundo dados do EIA (2009), a construção e a operação do atual empreendimento de mineração em Pilar de Goiás está em conformidade com a Lei Estadual 12.596/95, bem como o Decreto 4.593/95 para preservação da flora e da fauna. O controle de poluição do ar, do solo e da água em conformidade com o Decreto Estadual 1745/79, bem como os limites estabelecidos pelas Resoluções CONAMA 03/90 e 282/06 para padrões de qualidade do ar e 357/05 para a qualidade de água. Também em consonância com a Lei Federal 4.771/65 (Código Florestal e suas alterações), que caracterizam e dimensionam as Áreas de Preservação Permanente (APP). O Parecer Técnico Pericial nº 27 / 2012, recomenda-se:

- Apresentar a SEMARH Estudo hidrogeológico referente a área de influência direta do empreendimento;

- Apresentar caracterização dos possíveis usuários, outorgados ou não, da bacia hidrográfica onde haverá a captação de água para abastecimento da planta de beneficiamento;
 - Apresentar caracterização de possíveis usuários, outorgados ou não, da bacia hidrográfica onde ocorrerá a construção da barragem de rejeitos;
 - Cabe ressaltar que pouco foi mencionado sobre esta barragem, não sendo esta portanto autorizada pela análise do estudo em questão. Vale ainda lembrar a necessidade de outorga do volume a ser captado pelo órgão ambiental estadual.
 - Salienta-se que, segundo o EIA, o lodo estabilizado será encaminhado para aterro regulamentado, entretanto o município de Pilar de Goiás não possui aterro sanitário licenciado.
- Em virtude disto, a empresa deve apresentar uma alternativa adequada para a disposição destes resíduos (BRASIL, 2012, p. 13).

Não se sabe ao certo se tais recomendações foram cumpridas, o que é fato é que já houve vazamento dos dejetos da mineração contaminando um córrego, afluente do Rio Tocantins, ocasionando prejuízos aos que dependem diretamente de suas águas para a subsistência. A água é utilizado tanto para uso por pessoas e por animais que vivem nas propriedades às margens do curso d'água.

Dizer que a nova fronteira mineração, século XXI, contribuirá com o processo de desenvolvimento do Município de Pilar ou afirmar que seus efeitos serão perturbadores ao meio socioambiental e econômico é uma visão simplista e tendenciosa. A atividade que envolve a exploração dos naturais tem uma dinâmica complexa e necessitam ser estudas corretamente para também poder avaliar corretamente os riscos ao ambiente. Para analisar a dinâmica dos diversos estágios da fronteira mineração em Pilar de Goiás, relacionada com a exploração do minério ouro, estritamente ligada ao uso de metais pesados, primeiramente é necessário o conhecimento da geologia e mineralogia da área diretamente influenciada.

Novamente, Pilar de Goiás apresenta-se como a nova fronteira da mineração. Agora os que ali chegam contam com tecnologia de última geração e capital estrangeiro, estruturados o suficiente para exercer forte pressão sobre seus hospedeiros que não possuem legislação ambiental específica e nem um Plano Diretor e Lei de Zoneamento Municipal, conseqüentemente apresenta-se instável e vulnerável perante tal investimento.

Apresentamos no final deste trabalho uma síntese da atividade de mineração, nos dias atuais, como forma de reforçar que esse recurso natural ainda é abundante e que novas pesquisas precisam ser realizadas sobre as implicações socioambientais a partir desse novo empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Ambiental e as diversas concepções sobre fronteira apresentadas evidenciam a relação entre sociedade, território e natureza, no processo de ocupação humana em Pilar de Goiás. A presença do homem, nesta localidade, sempre esteve estritamente relacionada com a exploração dos recursos naturais. Desde a ocupação da região pelos povos coletores/caçadores (século XII) até atualidade a paisagem natural tem passado por modificações em seu ambiente natural. A partir do século XVIII, o minério ouro foi recurso natural responsável pelos diversos estágios da fronteira na localidade.

O ambiente de fronteira e a relação homem/natureza são elementos evidenciados nos diversos relatos, desde o Século XVIII até o Século XX, sobre o atual município de Pilar de Goiás. Nos seus diversos estágios de fronteira, Pilar de Goiás, pode ser considerado como a terra livre (apesar da presença dos povos indígenas), território vazio, lugar da promessa de riquezas, de enfrentamento entre o desbravador e a natureza, como relata Artiaga: “Quando a massa humana invadiu, numa tremenda carga de bateias e picaretas, o território interdito, enfrentou na arrancada espartana, ao inimigo vegetal, com imensa coragem, furando as macegas do papuan, jamais queimadas” (ARTIAGA, 1951, p. 345). Foi palco da luta travada contra a natureza indomada, em que árvores foram ceifadas para abrir caminhos, construir as habitações e para o plantio, a fim de garantir o alimento básico para a população que a cada dia só aumentava. A epopeia do ouro, a cega obstinação em busca desse minério tão cobiçado, as diferentes culturas e visões de mundo presentes nas minas de ouro, caracterizam a fronteira mineração em Pilar de Goiás como lugar da desumanização e do enfrentamento social, lugar de (des)encontro de diferentes temporalidades históricas, conflitos com as tribos indígenas, lugar de desumanização.

Um rastro significativo deixando pela fronteira mineração em Pilar de Goiás, no século XVIII, refere-se à construção de uma cultura material e imaterial que se constituiu na relação estabelecida entre uma sociedade em condição de fronteira e o ambiental natural com os seus desafios. O patrimônio cultural dos antigos arraiais da fronteira mineração em Goiás desenvolveu um conjunto de

tradições, muitas vezes importadas da metrópole ibérica, mas que assumiam identidade própria nos sertões do atual Planalto Central. Essa observação se faz ao considerar a arquitetura herdada dos tempos áureos da mineração e que, agora se apresentam como patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, não apenas em Pilar de Goiás, como também em outros arraiais (Meia Ponte, Corumbá, Vila Boa, Santa Cruz, Santa Luzia, dentre outros). Uma forma de viver e de se relacionar com a fronteira se manifestava por meio das construções, festividades, sabores e no estilo relacional nos arraiais da fronteira mineração. Saberes e expressões culturais nos ermos e nas gerais do Oeste.

A mineração é por natureza uma atividade que agride o meio ambiente, sendo impossível não haver nenhum tipo de poluição. O processo de ocupação e exploração do ouro, em Pilar de Goiás, ocasionou efeitos perturbadores ao meio ambiente natural, tais como: assoreamento dos córregos e riachos, desvio do curso d'água, desmatamento da mata ciliar entre outros. Pohl (1976, p. 188), em sua viagem pelo interior do Brasil, registra que ao chegar em Pilar “[...] em cada encosta eram visíveis os vestígios da antiga mineração [...]”.

Quando a mineração do ouro, realizada em aluviões e encostas, apresenta sinais de exaustão (no final do século XVIII) Pilar de Goiás sente os reflexos negativos deixados pela fronteira ouro. Devido a curta duração do período aurífero, bem como as restrições estatais ao desenvolvimento da agricultura a fim de centrar todos os esforços na extração do ouro, a mineração gerou relativamente pouco desenvolvimento para a região. A geologia do ouro deixou a população isolada, sem recursos para desenvolver a agricultura e sem possibilidades de transportes. Com isso, a fronteira que antes era lugar de promessa de riqueza apresenta características de rusticidade, conflito, violência, miséria e abandono, indicando o isolamento em relação à província de Goiás, bem como ao resto do País, propiciando assim o fenômeno que Hennessy denomina como *hollow frontier* (fronteiras ocas).

O ambiente de fronteira em Pilar de Goiás, desde o Século XVIII até a atualidade, pode ser considerado com o lugar distante dos grandes centros e conseqüente com pouca regulação do estado. No Século XVIII e XIX, não existia

controle e proteção ambiental dessa localidade. A multidão que ali se instalou tinha um único objetivo que era a extração do minério ouro. No segundo estágio da fronteira mineração em Pilar de Goiás (década de 1980), também, existia pouca regulação do estado.

Carvalho (1988) ressalta que nessa época, em Goiás, o ambiente de fronteira propiciava uma situação em que se consolidava um elevadíssimo nível de exploração do homem pelo homem, evidentemente em prejuízos os trabalhadores. Considerou muito grave a agressão ambiental realizada pelos garimpos de ouro, em face do uso indiscriminado de mercúrio. A atividade de extração do ouro atingiu níveis alarmantes de contaminação de pessoas e animais com metais pesados, principalmente com o mercúrio disseminando no ar (através da queima para beneficiamento do ouro) e liberado nas bacias hidrográficas do Rio Vermelho (município de Goiás/GO), do Rio Crixás (afluente do Rio Araguaia) e Rio das Almas (afluente do Rio Tocantins). Os pequenos empreendimentos de mineração não tomaram medidas para amenizar os impactos causados meio ambiente pela atividade de extração do ouro. Segundo o autor, a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (SEMAGO) procurou agir de maneira paliativa, tentando conscientizar os garimpeiros para o problema, o que parece não ter surtido os efeitos desejados.

Soares (1990), em sua pesquisa realizada no segundo estágio da fronteira mineração em Pilar de Goiás (década de 1980), apresenta três vetores principais que podem afetar a saúde pública, decorrentes do processo de produção do ouro com utilização de mercúrio: A contaminação com mercúrio a vapor, diretamente sobre os trabalhadores dos garimpos; o ar dos arredores durante a fase de amalgamação e queima, este vapor de mercúrio além do sério risco ocupacional pode ser facilmente oxidado pelo oxigênio do ar e tem chances reais de ser levado à participação da cadeia alimentar; a poluição das águas e sedimentos com possibilidade de metilação do mercúrio e sua absorção pelos peixes, entrando na cadeia alimentar da população local.

O patrimônio cultural material e imaterial, também, sofreu alterações pela leva de garimpeiros de posse de explosivos, detonaram a bela cachoeira do Ogó e os vestígios do Quilombo que abrigou os habitantes de Pilar que chegaram a essa

fronteira mineração no século XVIII. Os Sítios e Ocorrências Arqueológicas, as áreas de Lavra Colonial, os Casarios, registros históricos da ocupação humana na região, de certa forma sofreram modificações.

Novamente, Pilar de Goiás apresenta-se como a nova fronteira da mineração. Agora os que ali chegam contam com tecnologia de última geração e capital estrangeiro, estruturados o suficiente para exercer forte pressão sobre seus hospedeiros que não possuem legislação ambiental específica e nem um Plano Diretor e Lei de Zoneamento Municipal, conseqüentemente apresenta-se instável e vulnerável perante tal investimento.

Dizer que a nova fronteira mineração, século XXI, contribuirá com o processo de desenvolvimento do Município de Pilar ou afirmar que seus efeitos serão perturbadores ao meio socioambiental e econômico é uma visão simplista e tendenciosa. A atividade que envolve a exploração dos naturais tem uma dinâmica complexa e necessitam ser estudadas corretamente para também poder avaliar corretamente os riscos ao ambiente.

Muitos dados e fontes coletadas foram além dos objetivos inicialmente propostos nesta pesquisa. Esse é ponto que consideramos relevante, haja vista, abre possibilidades de investigação em um futuro doutoramento. Destacamos como temas para pesquisas futuras o estágio da fronteira mineração em Pilar de Goiás a partir da segunda metade do século XX e a atual prospecção. Esse tema, por exemplo, relacionado aos impactos ambientais são relevantes, considerando o uso de tecnologias que interferem nas paisagens e que podem alterar o ambiente natural. Citamos, como exemplo, a contaminação de córregos em Pilar de Goiás pelos dejetos do tratamento dos resíduos sólidos de prospecção. Esse fato ocorreu em 2014 e afetou grande parte dos produtores rurais do município. Temos acesso ao EIA e uma investigação no desenrolar desse processo e as formas de impacto ambiental são relevantes do ponto de vista científico.

Apresentamos no final deste trabalho uma síntese da atividade de mineração, nos dias atuais, como forma de reforçar que esse recurso natural ainda é abundante e que novas pesquisas precisam ser realizadas sobre as implicações socioambientais a partir desse novo empreendimento.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Anais da Província de Goiás. 1863.** Editora Gráfica Ipiranga Ltda. Brasília, 1979. Parceria Sudeco/Governo de Goiás.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
- ARTIAGA, Zoroastro. **Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiaz.** 1º. Tomo, Goiânia: Oriente, 1951.
- ARTIAGA, Zoroastro. **Geologia Econômica de Goiaz.** Uberaba, 1947
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal do indígena ao colonizador.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- BONGIOVANNI, Luiz Antônio. **Estado, Burocracia e Mineração no Brasil (1930 – 1945).** Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 1994.
- BRASIL, Ministério Público do Estado de Goiás. Coordenação de Apoio Técnico Pericial. Unidade Técnica Ambiental. **Parecer Técnico Pericial**, nº 27/2012 de 24 de abril de 2012.
- CARVALHO, Wanderlino Teixeira de. **Política mineral goiana (1960-1986).** Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 1988
- CASTELNAU, Francis. **Expedições as Regiões Centrais da América do Sul.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- DUBUGRAS, ElvinMackay. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás.** Brasília: UNB, 1965.
- EIA. **Estudo de Impacto Ambiental.** Projeto Pilar de Goiás. Yamana Gold, outubro de 2009.
- FERNANDES, M. F.; SILVA, S. D.; TAVARES, G. G.. A Fronteira Ouro e outras fronteiras nas gerais do Oeste: história ambiental e mineração em Pilar Goiás nos séculos XVIII e XIX. *In*: SILVA, Sandro Dutra *et al.* **Fronteira Cerrado:** Sociedade e

Natureza no Oeste do Brasil. Goiânia: Ed. da PUC Goiás /Gráfica e Editora América, 2013. 55p.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **O Mistério do Ouro dos Martírios**. São Paulo: Gráfica Biblos Ltda., 1960.

FRANCO, J. A. A.; SILVA, S. D.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G.. **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GIUSTINA, Carlos Christian Della. **Degradação e Conservação do Cerrado: uma história ambiental do Estado de Goiás**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: UnB, 2013.

HENNESSY, Alistair. **The Frontier in Latin American History**. London: Edward Arnold, 1978.

MAGALHÃES, Carlos Pereira. **Cartas de Goiás: no princípio do século XX**. São Paulo: Ed. De Letra em Letra, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

McCREERY, David. **Frontier Goiás, 1822-1889**. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online]. 1998, vol.5, suppl., pp. 195-215. ISSN 0104-5970. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000400011>>.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. In: FRANCO, J. L. A.; SILVA, S.D.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G.G.. **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012.

PALACIN, L G.; MORAES, M. A. Sant'Anna **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 6ª edição. Goiânia: Editora UCG, 1994.

- PALACIN, L. G.; GARCIA, L. F.; AMADO, J. **História de Goiás em Documentos: I.** Colônia. Goiânia: Editora UCG, 2001.
- PALACIN, Luis Gomes. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas.** 4ª edição. Goiânia: Editora UCG, 1994.
- POHL, Johan Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.
- RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.
- SACHS, Igancy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SAINT-HILAIRE, A. (1975). **Viagem a província de Goiás.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo.
- SANT-HILAIRE, A de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz.** Tomo Primeiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- SILVA, Sandro Dutra e. No caminho, um jatobá: enfrentamento e devastação da natureza na conquista do “último oeste”. In: FRANCO, J. L. A.; SILVA, S.D.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G.G.. **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012.
- SILVA, Sandro Dutra e. **Os estigmatizados: distinção urbana às margens do Rio das almas em Goiás (1941-1959).** Tese de doutorado. Universidade de Brasília. Departamento de História. Brasília: UnB, 2008.
- SOARES, Paulo Valladares. **Estudo da contaminação por mercúrio e metais pesados em garimpo de ouro primário.** O estudo de Caso da região de Pilar de Goiás e Guarinos, Goiás. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 1990
- SPIX, Johann Baptista von; MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- TAVARES, Giovana G. **Zoroastro Artiaga – o divulgador do sertão goiano (1930-1970).** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências: UNICAMP, 2010.
- TEIXEIRA NETO, Antonio. A certidão de nascimento de Goiás: uma cartografia histórica da Fronteira. In: SILVA, S. D.; PIETRAFESA, J. P.; FRANCO, J. L. A.; TAVARES, G. G.. **Fronteira Cerrado: Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil.** Goiânia: Editora da PUC GO/América, 2013.

TURNER, F. J. **The frontier in American history**. Minneola, New York: Dover Publications, Inc.: 2010.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, Coleção Humanista. 275p.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Avaliação Arqueológica Rápida / AAR (Vistoria Técnica Não Interventiva). IN: **Estudo de Impacto Ambiental / EIA** - Projeto Pilar de Goiás. Yamana Gold. Anexo 2. São Paulo: YAMANAGOLD, 2009.